



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Psicologia

Área de especialização | Psicologia Clínica

Dissertação

**Violência no namoro em relação ao homem: Intenção de agir
dos ajudantes informais**

Inês de Sousa Marques

Orientador(es) | Maria de Fátima Campos Bernardo

Évora 2020



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Psicologia

Área de especialização | Psicologia Clínica

Dissertação

Violência no namoro em relação ao homem: Intenção de agir dos ajudantes informais

Inês de Sousa Marques

Orientador(es) | Maria de Fátima Campos Bernardo

Évora 2020



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Heldemerina Chimuma Domingos Samutelela Pires (Universidade de Évora)

Vogais | Isabel Maria Marques Mesquita (Universidade de Évora) (Arguente)
Maria de Fátima Campos Bernardo (Universidade de Évora) (Orientador)

Agradecimentos

Antes de mais gostaria de deixar um especial agradecimento à minha orientadora, professora doutora Fátima Bernardo, pois ao longo dos últimos meses mostrou-se extremamente profissional, disponível para qualquer dúvida que me surgisse e soube sempre tranquilizar-me quando algo me deixava com incertezas. Este trabalho só foi possível com a sua ajuda.

Gostava também de agradecer à minha família, pois foram todos eles que me deram motivação quando o cansaço se começava a apoderar de mim ou quando duvidava das minhas capacidades.

Não poderia de modo algum não agradecer aos meus amigos, em especial ao João, à Joana e à Filipa que acompanharam de perto todo o meu percurso académico, que me escutaram quando mais precisei, tantas vezes me fizeram ver a luz e ajudaram a encontrar o caminho certo. Não sei quem os colocou no meu caminho, mas de uma coisa tenho a certeza, ficarei para sempre agradecida de os ter junto a mim.

Por fim, gostava de agradecer aos meus amigos, tanto aqueles que me acompanham desde a infância, como aqueles que a Universidade de Évora me deu. Estou rodeada de pessoas fantásticas e é graças a todas elas que me tornei aquilo que sou. Todas elas contribuíram de uma forma particular para o meu desenvolvimento enquanto pessoa.

Resumo

A violência contra parceiros íntimos em que a vítima é o homem, tem revelado números alarmantes. Os ajudantes informais podem assumir um papel muito importante para quebrar o ciclo da violência.

O presente estudo centrou-se sobre a influência das atitudes, a atribuição causal, a perceção de severidade e o sentimento de responsabilidade pessoal, na decisão de agir quando os jovens universitários de Évora são confrontados com uma situação de violência física ou psicológica perpetrada pela mulher contra o homem. O instrumento usado foi composto por quatro cenários hipotéticos de violência de uma mulher em relação a um homem (dois de violência física e dois de violência psicológica). Para cada cenário os participantes responderam a questões de atribuição de causa, perceção de severidade e responsabilidade percebida. Foi ainda aplicada a Escala de Atitudes acerca da Violência no Namoro (E.A.V.N.) de mulheres em relação a homens.

Os resultados mostraram que a intenção comportamental dos ajudantes informais é influenciada por diversas variáveis sobretudo pela perceção de severidade. Quanto à responsabilidade percebida, este estudo concluiu que, quanto mais próxima é a relação entre o ajudante informal e a vítima, menor é a probabilidade de a vítima ser auxiliada. Este estudo também concluiu que as mulheres tiveram mais atitudes de ajuda indiretas quando estavam perante uma situação de violência física, contrariamente nos cenários de violência psicológica as mulheres tiveram mais intenções de ajudar através de atos mais diretos. Também se pôde constatar que a intenção de agir dos participantes era significativamente superior quando estavam perante uma situação de violência física. Por fim verificou-se que os homens têm mais atitudes de tolerância e aceitação face a condutas violentas.

Palavras-chave: violência na intimidade; atitudes em relação à violência no namoro; atribuição de culpa, perceção de severidade; responsabilidade pessoal; intenção de agir.

Abstract

The violence against intimate partners in which the victim is a man has revealed alarming numbers. Informal helpers can play a very important role in breaking the cycle of violence.

The present study was based on the influence of attitudes, causal attribution, the perception of severity and the feeling of personal responsibility, in the decision to act when young university students in Évora are confronted with a situation of physical or psychological violence perpetrated by women against the man. The instrument used was composed of four hypothetical scenarios of violence by a woman in relation to a man (two of physical violence and two of psychological violence). For each scenario, the participants answered questions of attribution of cause, perception of severity and perceived responsibility. The Attitudes Toward Dating Violence Scale (E.A.V.N.) of women in relation to man was also applied.

The results showed that the behavioral intention of informal helpers is influenced by several variables, mainly by the perception of severity. Regarding perceived responsibility, this study concluded that the closer the relationship between the viewer and the victim, the less likely the victim is to be helped. This study also concluded that women had more indirect help attitudes when faced with a situation of physical violence, in contrast to psychological violence scenarios, women had more intentions of helping through more direct acts. It was also possible to verify that the participants intention to act was significantly higher when faced with a situation of physical violence. Finally, it was found that men have more attitudes of tolerance and acceptance in the face of violent conduct.

Keywords: Violence in intimacy; Attitudes towards dating violence; Blame attribution; Perceived severity; Personal responsibility; intention to act.

Índice

Introdução.....	1
Parte I- Enquadramento teórico	3
1. Violência contra parceiros íntimos:.....	3
1.1 Principais conceitos.....	3
1.2 Porque permanecem os jovens universitários em relações de namoro de índole violenta?	4
2. Podem os homens ser vítimas de violência nos relacionamentos íntimos?.....	5
2.1 Quando a mulher se assume como agressora.....	5
3. Ajudantes informais: o que são afinal?	6
4. Atitudes associadas à violência entre parceiros íntimos.....	9
4.1 Importância de estudar atitudes.....	9
4.2 Atitudes associadas à violência contra o homem.....	12
4.3 O que influencia a predisposição para agir?.....	12
4.3.1 Perceção de severidade.....	14
4.3.2 Atribuição causal.....	15
4.3.3 Responsabilidade pessoal	16
4.3.4 Anonimato	18
4.3.5 Relação entre o ajudante informal e agressor/a/ vítima	19
4.4 Fatores sociodemográficos e atitudes em relação à violência na intimidade	20
4.4.1 Género	20
4.4.2 Grau de escolaridade	21
4.4.3 Idade.....	22
4.4.4 Histórico de abuso (como agressor/a ou como vítima)	23
Parte II- Estudo Empírico.....	24

1. Método.....	24
1.1 Objetivos e questões de investigação	24
1.2 Hipóteses.....	24
1.3 Participantes.....	25
1.4 Instrumento de recolha de dados.....	26
1.5 Procedimento de Recolha de Dados.....	29
1.6 Procedimento de Análise de Dados.....	29
2. Resultados.....	33
2.1 Análise de regressão	33
2.2 Análise comparativa: Género e experiência anterior de violência.....	40
2.3 Análise comparativa: Tipo de violência	45
2.4 Análise comparativa: Género e atitudes	46
3. Discussão	47
4. Conclusão	54
5. Limitações e direções futuras.....	56
Referências Bibliográficas:	58
Anexos.....	68
Anexo 1: Consentimento Informado	69
Anexo 2: Instrumento de Recolha de Dados	70

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Caracterização sociodemográfica da amostra	26
Tabela 2 - Cenários hipotéticos	28
Tabela 3 - Resultados da validade de constructo da subescala da violência psicológica	30
Tabela 4 - Resultados da validade de constructo da subescala da violência física.....	31
Tabela 5 - Resultados de precisão da Escala de Atitudes sobre a Violência no Namoro	32
Tabela 6 - Modelo de regressão linear múltipla para o cenário de Violência Física – Bater	36
Tabela 7 - Modelo de regressão linear múltipla para o cenário de Violência Psicológica – ameaçar.....	37
Tabela 8 - Modelo de regressão linear múltipla para o cenário de Violência Física – arremessar.....	38
Tabela 9 - Modelo de regressão linear múltipla para o cenário de Violência Psicológica – insultar	39
Tabela 10 - ANOVA de medições repetidas para a intenção de agir na violência física em função do gênero	40
Tabela 11 - ANOVA de medições repetidas para a intenção de agir na violência psicológica em função do gênero	41
Tabela 12 - ANOVA de medições repetidas para a intenção de agir na violência física em função da experiência anterior como observador	42
Tabela 13 - ANOVA de medições repetidas para a intenção de agir na violência psicológica em função da experiência anterior como observador	43
Tabela 14 - ANOVA de medições repetidas para a intenção de agir na violência física em função da experiência anterior como vítima/agressor	44
Tabela 15 - ANOVA de medições repetidas para a intenção de agir na violência psicológica em função da experiência anterior como vítima/agressor	45

Tabela 16 - ANOVA de medições repetidas para a intenção de agir em função do tipo de violência	46
Tabela 17 - Análise comparativa da EAVN em função do gênero.....	47
Tabela 18 - Médias e desvio padrão dos diferentes cenários da violência física e violência psicológica.....	78

Introdução

Todos os anos, existe um vasto número de vidas que se perdem como resultado de alguma forma de violência humana em todo o mundo (Willis & Porche, 2003). Presentemente a violência assume-se como uma problemática a nível mundial, não podendo ser descurada a sua importância (OMS, 2020). O interesse pela compreensão da violência entre parceiros íntimos surgiu nos anos 60/70, tendo vindo em crescendo até aos nossos dias (Migliaccio, 2002). Contudo, o foco tem-se centrado na violência sobre as mulheres, sendo o homem muitas vezes a vítima esquecida (Archer, 2000). De acordo com Carmo, Grams e Magalhães (2011) cada vez mais se tem caminhado no sentido de reconhecer que a violência entre parceiros íntimos não é uma realidade exclusiva de um género, pois as taxas de agressão perpetrada por homens e mulheres são definitivamente equivalentes no que diz respeito à incidência, frequência, gravidade e natureza (Robertson & Murachver, 2009) sendo que poderá ter repercussões graves para as vítimas (Dutton, Nicholls & Spidel, 2005).

Alguns estudos, centrados inicialmente sobre o estudo das vítimas e dos agressores, têm modificado a ênfase da sua pesquisa, passando a existir um crescente interesse no papel dos ajudantes informais, bem como têm reconhecido a pertinência de explorar a intenção de agir e as atitudes públicas em relação à violência na intimidade (Gracia & Herrero, 2006).

Os ajudantes informais são os indivíduos que não estão envolvidos diretamente na situação (quer seja como autores, quer seja como vítimas) no entanto, são testemunhas do comportamento violento (Banyard, & Moynihan, 2011). Sabe-se que inúmeros casos de violência na intimidade são frequentemente conhecidos pelo círculo social mais próximo da vítima (tais como amigos, família, vizinhos) (Gracia, García & Lila, 2009), sendo que as ações dos potenciais ajudantes tendem a ser diversas face a esta problemática. Por um lado, estes podem remeter-se ao silêncio e ignorar os acontecimentos de violência à sua volta, existindo uma ocultação dos acontecimentos, propiciando a existência de um clima social que envolve sigilo, tolerância e passividade (Gracia, 2004). Ao ignorar os acontecimentos violentos, está-se a tolerar condutas violentas, o mesmo é dizer que se está a criar um clima de aceitação para a perpetuação da violência. Quando aqueles que têm conhecimento da violência que ocorre entre os membros do casal optam por manter

o silêncio e condutas de inibição estão a contribuir para que as vítimas possam manter-se no seio da violência e agressividade (Gracia, 2004).

Por outro lado, os ajudantes informais podem agir ativamente tendo como principal finalidade a extinção de condutas violentas entre os membros do casal (Banyard & Moynihan, 2011), através de respostas de mediação (oferecer ajuda, suporte e aconselhamento à vítima, bem como censurar o agressor) ou por outro lado ter respostas de relato (relatar o incidente às autoridades) (Gracia & Herrero, 2006), sendo que ter esse apoio informal pode ser muito significativo para as vítimas, podendo contribuir para aumentar a sua resiliência (Banyard, Weber, Gryncch & Hamby, 2016).

A presente dissertação tem como principal objetivo compreender a influência das atitudes, a atribuição causal, a perceção de severidade e o sentimento de responsabilidade pessoal, na decisão de agir quando os indivíduos são confrontados com situações de violência no namoro em relação ao homem. Além disso, também importa compreender se a decisão de intervir através de um comportamento de ajuda (realizar uma denúncia anónima/ denúncia identificada; falar/aconselhar a vítima; falar/aconselhar a agressora) é influenciada pelas variáveis demográficas do/a ajudante informal, tais como, o género e o facto de o sujeito já ter alguma experiência anterior de violência (como observador, ou como vítima/agressor/a).

A dissertação é composta por duas partes, sendo que inicialmente será apresentado um Enquadramento teórico, onde serão aprofundadas questões e conceitos pertinentes relacionados com a violência entre parceiros íntimos (VPI), além disso também contempla a temática dos ajudantes informais bem como dos diversos comportamentos de ajuda que podem ser realizados, quando estes são confrontados com situações de violência íntima. Importa destacar, que também será realçado o facto de a intenção de agir ser altamente influenciada pela perceção de severidade da situação de violência entre parceiros íntimos, pelo sentimento de responsabilidade para agir e pela atribuição causal.

A segunda parte da presente dissertação é composta pelo Estudo Empírico. Este contempla, os objetivos bem como as questões pertinentes para esta investigação. O estudo incide sobre uma problemática pouco abordada, nomeadamente a vitimização masculina, onde a mulher se assume como agressora e o homem como vítima de violência física e psicológica. Para o presente estudo, é apresentada a metodologia utilizada, os respetivos resultados e por fim a discussão.

Parte I- Enquadramento teórico

1. Violência contra parceiros íntimos:

1.1 Principais conceitos

Existem diversos tipos de violência, nomeadamente: violência autoinfligida, violência coletiva e violência interpessoal (Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi & Lozano 2002). No que concerne à realidade portuguesa, a violência contra um parceiro íntimo diz respeito ao segundo tipo de violência mais comum em relacionamentos interpessoais (Carmo, Grams & Magalhães, 2011). Sendo que desde os anos 90 se começou a ter uma maior consciência acerca da gravidade e da dimensão desta problemática (Caridade & Machado, 2006). O abuso contra um parceiro íntimo assume-se como qualquer ato de carácter abusivo, tendo o sujeito agressor a intencionalidade de gerar na vítima intimidação, sentimentos de medo, desorientação, dor emocional, bem como lesões físicas (Allen- Collinson, 2009). Segundo o autor Carlson (1996) o abuso íntimo consiste em comportamentos que causem dano físico, psicológico, emocional, verbal ou sexual que tem como principal objetivo o controlo e a humilhação da vítima. Sendo que pode ser perpetrado quer por um parceiro atual, quer por um parceiro antigo, bem como por um cônjuge, podendo ocorrer num relacionamento heterossexual ou homossexual (Carmo, Grams & Magalhães, 2011).

A violência no namoro consiste numa problemática cuja importância não deve ser descurada, pois poderá vir a assumir-se como tendo repercussões quer humanas, quer sociais e que consecutivamente podem sofrer um agravamento ao longo da vida (Guerreiro, Pontedeira, Sousa, Magalhães, Oliveira & Ribeiro, 2015). Assim importa compreender que esta é uma problemática que tem de ser travada, uma vez que a violência no namoro está associada a uma maior probabilidade de tal sujeito continuar a experienciar condutas violentas na idade adulta, quer seja como vítima ou como perpetrador (Callahan, Tolman & Saunders, 2003). Sabe-se que o número de jovens que sofrem ou já sofreram de condutas violentas nos seus relacionamentos têm uma elevada prevalência (Herrman, 2009). Um estudo com 33 universidades em 17 países distintos, concluiu que a taxa de agressão física entre parceiros amorosos variou entre os 17% e os 45% nos últimos 12 meses (Straus, 2004). Uma meta-análise realizada por Wincentak, Connolly & Card (2016) concluiu que 20% dos adolescentes relatavam ser vítimas de violência física. Relativamente à realidade portuguesa, um estudo da UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta) realizado com 3464 jovens portugueses com idades

compreendidas entre os 11 e os 20 anos, que estiveram anteriormente ou se encontram atualmente num relacionamento amoroso, constatou que 58% dos jovens relatavam ter sido vítimas dos seus parceiros, sendo que 67% consideravam algumas formas de violência como sendo legítimas ou naturais (UMAR, 2019).

1.2 Porque permanecem os jovens universitários em relações de namoro de índole violenta?

A alta prevalência de violência em relações de namoro em jovens universitários, faz com que sejamos confrontados com uma realidade controversa. Em primeiro lugar porque se pressupõe que abandonar uma relação íntima é mais fácil durante um namoro do que durante um casamento, no entanto, dados demonstram que geralmente os jovens à semelhança dos adultos permanecem em relações violentas, mesmo não estando unidos por laços matrimoniais (Marcus, 2004). Existem na literatura algumas tentativas de justificar o motivo de jovens se manterem em relações de namoro de índole violenta.

Uma das justificações concentra-se no facto de a violência ser aceite em algumas culturas, como tal, as condutas violentas passam a ser toleráveis para as vítimas (Fredland, Ricardo, Campbell, Sharps, Kub & Yonas, 2005). Um estudo de Ferreira (2011) constatou que muitas situações de violência em casais jovens começam devido a ciúmes excessivos o que por vezes é confundido com amor, e justificam certas condutas agressivas como algo normativo. Por fim, também não se deve descurar como fator de manutenção de relações violentas o facto de os jovens sentirem de algum modo a pressão social dos pares para namorar, dado que este acontecimento pode ser destacado como um evento importante e normativo na vida de um adolescente (Smith & Donnelly, 2000).

Uma outra questão pertinente que levanta alguma controvérsia consiste no facto dos estudantes universitários à partida se constituírem como um grupo diferenciado educacionalmente e mesmo assim permanecerem em relações violentas. Estudos realizados têm demonstrado que os níveis de escolaridade mais elevados podem estar relacionados com uma menor aceitação de condutas agressivas nos relacionamentos íntimos (Simon, Anderson, Thompson, Crosby, Shelley & Sacks, 2001). Podendo ser associados a uma maior capacidade dos sujeitos reconhecerem situações violentas, possibilitando que se possam afastar de tais eventos (Chamberland & Laport, 2010). De

acordo com Boyle, Georgiades, Cullen e Racine (2009) existe uma correlação positiva entre a educação e uma menor aceitação e justificação de condutas violentas. Um estudo conduzido em Portugal, teve como principal conclusão que quanto menor fosse o nível de escolaridade dos sujeitos, maior eram as suas atitudes de apoio em relação à violência (Machado, Caridade, & Martins, 2010). Um estudo realizado por Gracia e Tomás (2014) também corrobora a ideia de que culpabilizar a vítima de agressão era mais comum em sujeitos com menores níveis de escolaridade. Os autores Carlson e Worden (2005), defendem que os sujeitos mais velhos provavelmente têm ideologias mais patriarcais e tradicionais, promovendo assim atitudes de aceitação da violência, e olham para esta problemática como algo normal num relacionamento. Deste modo, e em consonância com tais achados, Flood e Pease (2009) defendem que os sujeitos mais jovens possam adotar uma postura mais informada em relação à violência que ocorre entre parceiros íntimos.

2. Podem os homens ser vítimas de violência nos relacionamentos íntimos?

2.1 Quando a mulher se assume como agressora...

É fulcral mencionar que a violência entre parceiros íntimos não deve ser reduzida a uma questão de género, mas sim a uma questão humana, pois tal como as mulheres também os homens se assumem como vítimas desta realidade (Carmo, Grams & Magalhães, 2011). De acordo com Archer (2000) a violência contra parceiros íntimos tanto pode ser perpetrada por homens como por mulheres. No entanto, a violência exercida pela mulher tem sido um fenómeno negligenciado, sendo frequentemente descartado ou olhado como sendo de carácter humorístico, inconsequente ou justificado (Straus & Gelles, 1990). Esta realidade nem sempre teve a atenção que merece, tendo sido abordada inicialmente por Steinmetz (1977-1978) que constatou que a perpetuação de violência física era independente do género do agressor, isto é, o género feminino e masculino eram igualmente violentos com os seus companheiros íntimos.

Contudo, cada vez mais se tem caminhado e lutado no sentido de reconhecer que a violência contra o homem existe e não pode ser ignorada (Carmo, Grams & Magalhães, 2011). Estudos realizados por Swan, Gambone, Caldwell, Sullivan e Snow (2008) alertaram que a agressão física tem taxas de perpetração semelhantes entre homens e mulheres. Outros estudos realizados em contexto universitário, também corroboram esta

realidade, pois revelaram que homens e mulheres assumem taxas de agressão física idênticas contra parceiros íntimos (Cercone, Beach & Arias, 2005). Contudo na nossa sociedade está altamente enraizado um modelo patriarcal, que define o homem como um ser pouco vulnerável, forte (Archer, 2000) considerando-o como o “sexo forte” (Oliveira & Sani, 2005). Tais requisitos de masculinidade, podem justificar o facto de muitas vezes não serem realizados pedidos de ajuda por parte dos elementos do género masculino, pois temem ser objeto de ridículo (Carmo, Grams & Magalhães, 2011) ou de exclusão social (George, 2003). Face a esta problemática, importa promover a sensibilização dos indivíduos para a possibilidade de tanto o homem, como a mulher se poderem assumir como vítimas de violência, por parte dos seus parceiros íntimos (Carmo, Grams & Magalhães, 2011). Um estudo realizado nos EUA concluiu que um em cada quatro homens já tinham experienciado uma situação de violência na intimidade (Black, Basile, Breiding, Smith, Walters, Merrick, Chen & Stevens, 2011). Em 2015, na Inglaterra e no país de Gales 128,767 homens relataram que tinham sido vítimas de violência na intimidade (Peate, 2017). Em Portugal a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registou 2.745 casos de violência doméstica onde o homem é a vítima, entre o ano 2013 e 2018, com um elevado aumento percentual nos últimos anos (APAV, 2013/2018).

3. Ajudantes informais: o que são afinal?

Os ajudantes informais consistem nos sujeitos que testemunham a conduta violenta, contudo não estão diretamente envolvidos na situação como autores ou vítimas (Banyard, & Moynihan, 2011). Sabe-se que aproximadamente um terço de todas as situações de violência entre parceiros íntimos ocorre na presença de outrem (Planty, 2002). Assim sendo, pode verificar-se que o círculo social mais próximo da vítima (tais como amigos, família e vizinhos) geralmente são conhecedores da violência que ocorre na intimidade, contudo existem evidências de que a maioria desses casos não são reportados às autoridades (Gracia, García & Lila, 2009).

Por sua vez, os ajudantes informais têm a possibilidade de intervir ativamente ou passivamente ou a possibilidade de não intervir (Banyard, & Moynihan, 2011) sendo que não se pode esquecer que o tipo de crime que um sujeito presencia influencia a sua disponibilidade de ajudar ou intervir (Nicksa, 2013). É também fundamental denotar que

a ação ou pelo contrário a inação de um ajudante informal que é confrontado com uma situação violenta, poderá afetar de modo muito significativo o resultado (Nicksa, 2013).

O silêncio continua a ser uma resposta comum dos ajudantes informais à violência entre parceiros íntimos (Gracia, García & Lila, 2009). Ou seja, quando os ajudantes informais optam por não intervir, o facto de se remeterem ao silêncio e ignorar os acontecimentos de violência à sua volta, faz com que exista uma ocultação dos acontecimentos, propiciando a existência de um clima social que envolve sigilo, tolerância e passividade (Gracia, 2004). Ao ignorar os acontecimentos violentos, está-se a tolerar condutas violentas, o mesmo é dizer que se está a criar um clima aceitável para a perpetuação da violência. Quando aqueles que têm conhecimento da violência que ocorre entre os membros do casal optam por manter o silêncio e condutas de inibição estão a contribuir para que as vítimas possam manter-se no seio da violência e agressividade (Gracia, 2004). Em contrapartida assumir uma postura de apoio face à violência entre parceiros íntimos, poderá influenciar as taxas de incidência da mesma (Faramarzi, Esmailzadeh & Mosavi, 2005), as taxas de notificação ou relatos às autoridades (Garcia & Herrero, 2006), as respostas públicas e profissionais (Gracia, García & Lila, 2008) bem como os comportamentos de procura de ajuda (Gracia, 2004). Por outras palavras, quando a violência é olhada com normalidade e existe uma aceitação da mesma, existe uma maior probabilidade de acontecimentos de índole violenta aumentarem (Johnson & Das, 2008).

Em suma, é fundamental realizar uma educação pública, com o intuito de quebrar o silêncio e lutar contra a passividade e tolerância que existe face a tais condutas violentas, promovendo desse modo o aumento da responsabilidade social para agir enquanto potenciais ajudantes informais (Gracia, 2004). Os ajudantes informais podem agir ativamente tendo como principal finalidade a extinção de condutas violentas entre os parceiros íntimos (Gracia & Herrero, 2006). Geralmente para as vítimas de violência na intimidade, ter este apoio social assume-se como algo essencial, pois existe uma associação positiva entre o apoio que é fornecido à vítima pelos diversos ajudantes informais e uma melhor saúde mental (Williams, Ware & Donals, 1981). Um estudo de Hart e Miethe (2008) concluiu que uma parte significativa das vítimas considerou a intervenção como útil, por outro lado, outra parte das vítimas relatou que a intervenção dos ajudantes informais não teve impacto, ou seja, nem os ajudou nem prejudicou. Quando os membros do círculo social mais próximo da vítima têm conhecimento sobre a violência que ocorre e optam por agir, podem auxiliar a dissuasão da violência

aumentando assim os custos para os possíveis agressores, tais como, custos sociais ou sanções pelos pares (Buss & Duntley, 2011).

Apesar de todas as evidências que corroboram a ideia de que as redes sociais informais se assumem como extremamente importantes para as vítimas de violência em relacionamentos íntimos, tem sido dedicada pouca atenção aos comportamentos de ajuda dos ajudantes informais (West & Wandrei, 2002).

Relativamente aos comportamentos de ajuda, os ajudantes informais podem atuar através de respostas de mediação, ou seja, através da oferta de ajuda, suporte e aconselhamento à vítima, bem como censurar o agressor, ou por outro lado através de respostas de relato, tais como relatar o incidente às autoridades (Gracia & Herrero, 2006). O mesmo será dizer que o apoio fornecido às vítimas pode por um lado traduzir-se em apoio informal, ou por outro lado em apoio formal. O apoio informal consiste no suporte emocional e na disponibilidade de ajuda que os possíveis ajudantes podem ter face a um acontecimento de violência íntima (Liang, Goodmanm Tummala-Narra & Weintraub, 2005). Relativamente ao apoio formal, este não é necessariamente direcionado para a vítima ou para o/a agressor/a (Chabot, Tracy, Manning & Poisson, 2009, cit in Chabot, Gray, Makande & Hoyt, 2016). Este apoio é caracterizado por ações dos órgãos de justiça, pelos serviços sociais, pela polícia, por diversos profissionais de saúde (ex: médicos, psicólogos), funcionários das escolas (Ocampo, Shelley & Jaycox, 2007). É imprescindível clarificar que os tipos de apoio referidos anteriormente se assumem como extremamente importantes para quebrar o ciclo de violência, sendo que existem esforços no sentido de mostrar melhorias na disposição e capacidade de procurar ajuda formal e sucessivamente permanecer em segurança (Liang, Goodmanm Tummala-Narra & Weintraub, 2005).

No seguimento do que foi referido anteriormente, é conhecido que na maioria das situações onde ocorrem condutas violentas no namoro, as vítimas geralmente procuram ajuda recorrendo a fontes de apoio informais, tais como, amigos, ou familiares, sendo menos habitual a procura de apoio formal (Rickwood, Deane & Wilson, 2007). Contudo, o apoio da rede informal poderá influenciar positivamente as vítimas a procurarem apoio formal (Liang, Goodmanm Tummala-Narra & Weintraub, 2005). Deste modo, um estudo conduzido por Mahlstedt e Keeny (1993) constatou que as vítimas recorrem maioritariamente à rede de suporte informal, nomeadamente amigos, e que apenas 9%

das vítimas procuravam ajuda formal, como por exemplo um polícia. Este resultado pode estar relacionado com sentimentos de medo da culpabilização ou de que a informação se possa vir a tornar pública, e por isso poderem sofrer represálias por parte dos agressores, tais como o aumento da violência ou de outras consequências (Rose, Trevillion, Woodall, Morgan, Feder & Howard, 2011) e ainda o facto de pensarem que ninguém os vai ajudar (Black & Weisy, 2003). Por outro lado, existe uma correlação positiva entre experiências de apoio anteriores que se assumiram como positivas e a procura de ajuda (Gulliver, Griffiths & Christensen, 2010). Posto isto, o incentivo para que a rede de suporte informal possa agir, assume-se como algo fundamental na luta contra a violência entre parceiros íntimos (Gracia & Herrero, 2006).

4. Atitudes associadas à violência entre parceiros íntimos

4.1 Importância de estudar atitudes

O enfoque que tem sido colocado na temática da violência entre parceiros íntimos tem vindo a sofrer algumas modificações com o passar do tempo (Gracia & Herrero, 2006). Em 1964, o assassinato de Kitty Genovese levantou diversas questões sobre a forma como os ajudantes informais reagem quando são confrontados com crimes ou quando são testemunhas de emergências (Nicksa, 2013).

Atualmente ainda estamos numa sociedade onde a violência entre parceiros íntimos é extremamente tolerada e olhada com naturalidade, existindo muitas vezes a ideia errónea de que as vítimas poderiam prevenir-se e proteger-se dos comportamentos violentos (Janoff-Bulman, Timko & Carli, 1985), além disso ainda está bastante enraizada a ideia de que a vítima é culpada e responsável por tais maus-tratos, justificando-os por exemplo com a crença de que o/a agressor/a foi provocado/a pela mesma (Gracia & Tomás, 2014).

Os estudiosos têm reconhecido a pertinência de estudar as atitudes públicas em relação à temática da violência entre parceiros íntimos, pois tais atitudes podem assumir-se como fulcrais no que diz respeito à educação bem como em relação à prevenção (Gracia & Herrero, 2006). Assim os trabalhos realizados têm-se centrado na identificação de atitudes e comportamentos em relação à violência na intimidade (Gracia & Herrero, 2006) sendo que este se assume como um dos passos fulcrais para a extinção do ciclo da violência (Robertson & Murachver, 2009). Neste sentido estudar as atitudes é

imprescindível uma vez que podem influenciar de forma muito marcada, por um lado a perpetuação, por outro lado a extinção de condutas violentas no meio onde se inserem (Gracia & Herrero, 2006).

As atitudes acerca da violência traduzem-se no que o sujeito pensa acerca da violência, e por esse motivo, estão intimamente relacionadas com as respostas comportamentais que o mesmo vai adotar face a um acontecimento de carácter violento. Ou seja, quando as atitudes são de aceitação, a probabilidade de o sujeito realizar um comportamento de ajuda será baixa (Gracia, 2004). Assim, Gracia (2004) defende a ideia de que as atitudes vão influenciar as respostas que as vítimas, os profissionais e os potenciais ajudantes podem adotar quando são confrontados com uma situação de violência na intimidade. Ou seja, existe uma correlação positiva entre as atitudes tolerantes que os sujeitos têm acerca de condutas violentas e maiores taxas de agressão contra o seu parceiro íntimo (Straus, 2004).

Quando os sujeitos têm tais atitudes de tolerância perante atos de índole violenta acabam por não disponibilizar suporte às vítimas, transmitindo uma postura pouco empática, e ainda apresentam pouca disponibilidade para denunciar a situação, atribuindo por vezes a culpa do acontecimento à vítima (West & Wandrei, 2002). Assim, quando atitudes que aceitam condutas violentas passam a ser legítimas perante uma situação de resolução de conflito, traduz-se num elevado fator de risco relativamente à violência entre parceiros íntimos (Stith, Smith, Penn, Ward & Tritt, 2004), sendo que alguns estudiosos consideram que tal fator de risco acaba por ser mais significativo, do que o sujeito ter sido exposto no passado a violência no seu seio familiar (Stith, Smith, Penn, Ward & Tritt, 2004).

Em oposição, o facto de os sujeitos demonstrarem atitudes de rejeição e incompreensão face a condutas violentas entre parceiros íntimos, acabam por demonstrar mais empatia para com a vítima e sucessivamente uma maior culpabilização do/a agressor/a (Flood & Pease, 2009).

Importa ainda esclarecer que as atitudes e por sua vez os comportamentos em relação à violência entre parceiros íntimos diferem conforme as circunstâncias que envolvem a violência (Robertson & Murachver, 2009), segundo Sorenson e Taylor (2005), tais atitudes podem ser influenciadas pelas características dos sujeitos que estão envolvidos (ex: género da vítima e do/a agressor/a), pelas características do sucedido (ex: tipo de

violência utilizada) e também pelas características dos potenciais ajudantes (ex: gênero do observador).

Quanto às atitudes em relação à violência entre parceiros íntimos Price, Byers e The Dating Violence Research Team, desenvolveram em 1999 uma escala que visa avaliar as atitudes. No presente estudo são utilizadas duas subescalas de atitudes face à violência feminina. A Escala de Atitudes acerca da Violência no Namoro (EAVN) foi adaptada para a população portuguesa por Saavedra, Machado e Martins em 2008. Esta tem demonstrado diversos resultados em diferentes contextos. Um estudo de Sears, Byers e Price (2007) concluiu que os rapazes com atitudes mais tradicionais em relação ao papel da mulher aceitam mais a utilização de violência física, psicológica e sexual. Por outro lado, os sujeitos com atitudes mais liberais em relação ao papel da mulher não aceitam a utilização de violência. O mesmo estudo demonstrou que quer os homens quer as mulheres têm mais atitudes de aceitação da violência física quando cometida por mulheres, comparativamente com a violência cometida por homens. Os autores Courtain e Glowacz (2018), também concluíram que há uma maior tolerância de condutas de violência física ou sexual quando é praticada por mulheres. Além disso, também foi possível constatar que os membros do género feminino têm menos atitudes de aceitação do abuso físico quando cometido por membros do seu género (Sears et. al., 2007).

Erdem e Sahin (2017) constataram que existe alguma indiferença relativamente à violência psicológica cometida pelas mulheres. Além disso, também concluíram que os homens têm mais atitudes de aceitação de comportamentos violentos nas relações de intimidade.

A EAVN foi também utilizada num contexto escolar português com adolescentes que frequentavam entre o 9º e o 12º ano. Concluiu que a violência psicológica feminina e a violência física feminina são desvalorizadas e geralmente os sujeitos têm atitudes de aceitação destes tipos de abuso (Gonçalves, 2013). Além disso constatou-se que os homens têm uma maior tendência para legitimar a utilização da violência comparativamente com as mulheres (Gonçalves, 2013; Saavedra, 2010; Silva, 2017).

Monteiro (2015) e Silva (2017) também recorreram ao mesmo questionário e concluíram que existiram mais atitudes de legitimação da violência psicológica, independentemente do género do perpetrador, aceitando tais condutas como sendo normativas.

4.2 Atitudes associadas à violência contra o homem

As atitudes e comportamentos em relação à violência entre parceiros íntimos não são independentes do género do/a agressor/a e do género da vítima (Robertson & Murachver, 2009).

O facto de os homens geralmente possuírem um corpo de maiores dimensões e uma força superior às mulheres faz com que diversas vezes se assumam que tais características são suficientes para os proteger de possíveis ataques físicos e psicológicos em relações íntimas (Hollander, 2001). Esta ideia estereotipada poderá conduzir a uma descrença do homem como vítima, e conseqüentemente poderá olhar-se com insensibilidade, ridicularizando muitas vezes esses acontecimentos (Robertson & Murachver, 2009).

O abuso perpetrado por mulheres é muitas vezes banalizado, humorístico e ignorado (Lewis & Sarantakos, 2001), sendo encarado como uma realidade pouco séria e pouco ameaçadora (Robertson & Murachver, 2009), existindo uma maior aceitação da violência quando perpetrada por membros do género feminino, uma vez que as suas condutas violentas tendem a ser desculpabilizadas e legitimadas (Sundaram, 2013). Geralmente existe menos empatia para com as vítimas do género masculino, o que pode estar relacionado com a ideia estereotipada de que o homem tem mais força que a mulher (Robertson & Murachver, 2009). Assim, quando os homens são vítimas são comumente responsabilizados e culpabilizados, o que pode ser explicado pela ideia de que a mulher não recorre a violência física, exercendo somente violência psicológica (Alfredsson, Ask & Borgstede, 2016). A violência perpetrada por membros do género masculino é olhada e avaliada com maior severidade comparativamente com a violência perpetrada pelo género feminino (Sorenson & Taylor, 2005), ou seja, a violência contra os homens é percebida de forma menos negativa e mais aceitável (Robertson & Murachver, 2009).

4.3 O que influência a predisposição para agir?

Com o passar do tempo, diversas pesquisas têm centrado esforços na compreensão de como diversos aspetos pessoais dos ajudantes informais podem influenciar a intenção de agir do ajudante informal numa situação de violência perpetrada na intimidade (Nicksa, 2013). Aspetos tais como a percepção de severidade, a atribuição causal, a responsabilidade pessoal, a possibilidade de permanecer em anonimato bem como a relação entre o ajudante informal e agressor/a/ vítima são fatores que influenciam a

predisposição para agir (Gracia & Tomás, 2014). Contudo, a natureza da situação também irá influenciar o comportamento, nomeadamente se o ajudante informal se confrontar com uma situação de emergência médica poderá ter uma conduta distinta comparativamente se este se deparar com um crime (Banyard & Moynihan, 2011) e ainda o tipo de violência, isto é, quando são confrontados com situações de violência física ou violência psicológica, porque geralmente a violência psicológica é entendida como menos grave (Eckstein, 2016).

Existem alguns Modelos que visam explicar o que poderá influenciar os comportamentos de um ajudante informal quando confrontado com uma situação de violência entre parceiros íntimos, nomeadamente o Modelo Cognitivo de Latané e Darley (1968) e o Modelo do Cálculo do Observador de Piliavin, Rodin e Piliavin (1969).

De acordo com o Modelo Cognitivo de Latané e Darley (1968), a severidade percebida e a responsabilidade pessoal, assumem-se como pré-condições que influenciam a decisão de intervir. Um sujeito ao ser confrontado com uma situação deve em primeiro lugar notar o evento, sendo que é fundamental que considere tal evento como tendo um carácter emergente. De seguida, o ajudante informal deve assumir a responsabilidade, e por fim procede à elaboração de um plano de ação e sucessiva implementação do mesmo, sendo fulcral que possua competências e recursos necessários para intervir.

De acordo com o Modelo do Cálculo do Observador de Piliavin, Rodin e Piliavin (1969) quando o ajudante informal é confrontado com uma situação de emergência que envolve excitação emocional, ou seja que envolve uma reação que implica um alerta fisiológico, de seguida, é atribuída uma emoção a esse alerta, por fim, o observador poderá ser motivado a intervir tendo como principal finalidade a redução da sua própria excitação, sendo que existe uma análise dos custos e benefícios pessoais que estão associados à sua ação ou inação.

Importa esclarecer que os dois modelos mencionados sugerem que os custos pessoais do próprio sujeito poderão reduzir a probabilidade de este intervir (Chabot, Gray, Makande & Hoyt, 2016). Um estudo de Banyard e Moynihan (2011) vai ao encontro das teorias acima mencionadas, pois concluiu que um acontecimento que envolva risco para o ajudante informal tem como consequência uma menor disponibilidade para ter comportamentos de ajuda.

4.3.1 Percepção de severidade

Os comportamentos dos ajudantes informais podem ser influenciados pela percepção de severidade que estes têm do acontecimento violento. Caso esse acontecimento seja percebido como sendo normal ou aceitável existe uma probabilidade de que o mesmo não seja reportado (Gracia & Herrero, 2006). Além disso sabe-se que as atitudes e sucessivamente os comportamentos relativamente à violência podem ser influenciados por diversos fatores, nomeadamente, as características dos sujeitos envolvidos, características do acontecimento, bem como as características do ajudante informal (Sorenson & Taylor, 2005).

Relativamente às características dos sujeitos envolvidos, alguns estudos demonstram que a violência perpetrada pela mulher é olhada como sendo menos séria, menos violenta, menos cruel ou criminosa, existindo deste modo, maior tolerância e aceitação face à violência cometida por um membro do género feminino (Robertson & Murachver, 2009). Tal aceitação poderá estar intimamente relacionada com uma ideia bastante enraizada na sociedade de que as mulheres são mais vulneráveis e de que os homens possuem mais força e por isso representam um maior perigo de causar danos graves (Hollander, 2001).

As ações dos ajudantes informais também vão depender das características do acontecimento. Ou seja, o tipo de violência também irá influenciar as atitudes ou os comportamentos que são adotados numa situação de abuso (Sorenson e Taylor 2005). Um estudo de Chamberland e Laporte (2010) concluiu que a violência física é percebida mais severamente comparativamente à violência psicológica. Na mesma linha de pensamento Sorenson e Taylor (2005) também concluíram que os ajudantes informais geralmente intervêm mais em situações de violência física, avaliando as situações de violência psicológica como menos sérias. De acordo com um trabalho de Woods, Shorey, Strauss, Cornelius & Rowland (2016), situações de violência física eram reportadas pelos ajudantes informais, mas o mesmo não se verificou com situações de violência psicológica. Estes resultados podem ser explicados na medida em que estudantes avaliaram a violência psicológica como algo normativo, considerando aceitável esse tipo de abuso (Capezza & Arriaga, 2008).

Por fim, não devem ser descuradas as características do ajudante informal, sendo que um estudo de Robertson & Murachver (2009) constatou que os indivíduos geralmente percebem a violência perpetrada pelos membros do seu género de modo mais severo.

Assim, as condutas negativas afetam ou comprometem a identidade social do sujeito. Esta ideia vai ao encontro dos pressupostos da teoria da identidade social (Tajfel & Turner, 1979), que considera que os sujeitos tendem a distinguir os grupos aos quais pertencem de forma a alcançarem uma identidade social positiva, isto é, as mulheres procuram distinguir-se dos homens de modo a obterem uma boa identidade social, no entanto, se uma mulher é perpetradora de violência, outra mulher vai considerar o ato com alto nível de gravidade, uma vez que coloca em causa o grupo ao qual ambas pertencem.

4.3.2 Atribuição causal

Geralmente existe uma tendência para que os atos violentos em relacionamentos de namoro sejam desculpabilizados (Sundaram, 2013), ou então que exista uma responsabilização da vítima pelo sucedido, ainda mais quando a vítima consiste num membro do género masculino (Finn & Stalans, 1997).

Culpar a vítima contribui para que se crie um clima de aceitação da violência (Garcia, 2004), podendo estar altamente relacionado com os comportamentos que os possíveis ajudantes informais possam vir a tomar, ou seja, agir ou por outro lado não agir (Gracia, García & Lila, 2009). Culpar a vítima implica que se encontrem justificações para a violência, e por isso absolver os agressores da culpa (Gracia & Herrero, 2006), além disso também reduz a necessidade de agir e assim baixa o custo de não agir (Piliavin, et al., 1969).

Como tal, as atitudes e comportamentos dos ajudantes informais podem ser distintos conforme as características dos sujeitos envolvidos (vítima e/ou agressor/a) tal como o género, pelas características do acontecimento em si, bem como pelas características do ajudante informal, tais como o género, idade, escolaridade e experiência de violência como observador/vítima ou agressor/a (Sorenson & Taylor, 2005).

Relativamente às características dos sujeitos envolvidos, as vítimas homens são olhadas com menos empatia (Robertson & Murachver, 2009). Os autores Davies e Rogers (2006) também corroboram a ideia que os homens vítimas são olhados de modo negativo, e na generalidade dos casos são culpabilizados pela violência exercida sobre si. Sendo que nas mesmas condições quando as vítimas são mulheres estas são menos responsabilizadas e culpabilizadas (Rhatigan, Stewart e Moore, 2011).

No que diz respeito às características do acontecimento, caso os ajudantes informais considerem que o/a agressor/a foi provocado/a então existirá uma maior tolerância da violência (Gracia & Tomás, 2014), bem como também tenderão a aceitar mais a violência caso acreditem que ocorreram situações de adultério (Cho & Edleson, 1996, cit in Robertson & Murachver, 2009).

Por fim, as características do ajudante informal também não devem ser descuradas, pois desempenham um papel importante na definição de atitudes relativamente à violência entre parceiros íntimos (Robertson & Murachver, 2009), sendo que alguns trabalhos demonstram que os homens têm uma maior probabilidade de culpabilizar a vítima e menos probabilidade de responsabilizar o/a agressor/a (Bryant & Spencer, 2003), por sua vez, as mulheres têm uma maior tendência para responsabilizarem o/a agressor/a (Harris & Cook, 1994). É relevante mencionar que habitualmente os ajudantes informais mais velhos e com menor nível de escolaridade culpabilizam mais as vítimas ao invés do/a agressor/a. Além disso, quando o ajudante informal tem vítimas de violência íntima no seu círculo social é mais provável que culpabilize a vítima (Gracia & Tomás, 2014). Importa ainda salientar que quanto mais os ajudantes informais se vêm como semelhantes das vítimas menor vai ser a responsabilidade ou a culpa que irão colocar nelas (West & Wandrei, 2002).

4.3.3 Responsabilidade pessoal

Como mencionado anteriormente, o envolvimento dos possíveis ajudantes informais assume-se como algo de extrema importância na luta contra o ciclo da violência íntima (West & Wandrei, 2002). Habitualmente ao serem confrontados com uma situação de emergência, os ajudantes informais tendem a envolver-se, quer seja de forma direta ou indireta (Chabot, Gray, Makande & Hoyt, 2016) principalmente se se sentem de algum modo responsáveis por auxiliar, isto é se têm certeza que a vítima precisa da sua ajuda e se o esforço ou os custos de ajudar são baixos (Shotland & Stebbins, 1983), ou seja, quanto mais elevada for a responsabilidade sentida pelos ajudantes informais mais estes estarão dispostos a ajudar (Gracia, García & Lila, 2009). Por outro lado, esta responsabilidade social poderá estar comprometida caso o ajudante informal testemunhe um crime, ou caso tenha receio de prejudicar a vítima (Nicksa, 2013).

Quanto às características dos sujeitos envolvidos, alguns estudos demonstram que quando as vítimas assumem a responsabilidade da sua própria vitimização, então as hipóteses de receberem ajuda serão muito reduzidas (Gracia, 2004). Ainda se deverá ter em conta que diversos fatores tais como a relação entre a vítima e o agressor, a crença de culpa da vítima, e a norma de privacidade podem reduzir a probabilidade de ser oferecido auxílio, afetando a responsabilidade pessoal dos ajudantes informais (Gracia, García & Lila, 2008). Quando os sujeitos são percebidos como tendo uma relação existe uma menor responsabilidade pessoal para auxiliar (Weisz e Black, 2008).

Relativamente às características do acontecimento violento, estudos de Chabot, Tracy, Manning e Poisson (2009) concluíram que à medida que a gravidade do acontecimento aumenta também aumenta a probabilidade de os sujeitos ajudarem. Os autores Gracia, García e Lila (2009) também defendem esta ideia de que quanto mais severo for considerado um acontecimento mais o sujeito se sente responsável por auxiliar e sucessivamente reportar o caso às autoridades. Por sua vez, quando uma situação é ambígua, os ajudantes informais procuram observar os comportamentos dos outros membros da sociedade e caso os comportamentos não indiquem que estão perante uma emergência, então os possíveis ajudantes informais também não vão agir (Latané & Darley, 1968). Ou então caso a situação não seja clara, podem optar por não intervir por sentirem que não é grave o suficiente para que seja prestado auxílio (Clark & Word, 1972).

Por fim, no que concerne às características do ajudante informal, os autores Freis e Gurung (2013) consideram que o observador ao experimentar sentimentos de empatia face à exposição a situações de violência se relaciona com um maior comportamento pró-social. Assim, se o auxílio implicar poucos custos ou danos para o ajudante informal, existe uma maior probabilidade de que este intervenha, uma vez que os custos, o esforço e as consequências são aspetos importantes a avaliar quando o sujeito presencia situações de violência (Nicksa, 2013). Segundo o Modelo do Cálculo do Observador, de Piliavin, et al. (1969) quanto menor for a responsabilidade sentida pelo sujeito, e quanto menores forem os custos psicológicos de não ajudar, menor irá ser a probabilidade de ser prestado auxílio. Assim sendo, para que a vítima seja auxiliada, os custos de não intervir têm de ser superiores aos custos percebidos da intervenção. Quando um ajudante informal sente que a situação não lhe diz respeito, então há uma tendência para não auxiliar a vítima (Weisz & Black, 2008) É fulcral mencionar que quando o potencial ajudante percebe que

o facto de não intervir pode trazer consequências graves para a vítima, este apresenta uma maior disposição para auxiliar (Clark & Word, 1972). Por fim, culpar as vítimas pode fazer com que a responsabilidade pessoal diminua, traduzindo-se em menores níveis de ajuda (Gracia et al. 2008).

4.3.4 Anonimato

Um outro fator que poderá exercer alguma influência na decisão de intervir, consiste na possibilidade de os ajudantes informais poderem permanecer em anonimato (Tolsma, Blaauw & Te Grotenhuis, 2012).

Por um lado, existem evidências que demonstram a importância do anonimato para que seja procurado apoio formal, tal como pedir auxílio a médicos, polícias, entre outros (Ocampo et al., 2007).

No entanto importa clarificar que o anonimato pode dificultar e levar a uma diminuição da intervenção dos ajudantes informais, ou seja, dado que o anonimato representa que haja uma perda de identificabilidade dos sujeitos, poderá não existir para estes um impulso que os faça comportar de acordo com a norma, visto que essa atitude não vai ser avaliada pela sociedade, pois será realizada em anónimo (Solomon, Solomon & Maiorca, 1982). Por exemplo, poder permanecer sem que a sua identidade seja revelada, assume-se especialmente importante quando os ajudantes informais sentem que a sua resposta foi socialmente inadequada, ou seja quando as normas sociais são violadas. Estudos de Solomon, Solomon e Maiorca (1982) concluíram que os ajudantes informais eram menos prováveis de ajudar ou a ajuda era relativamente mais lenta quando estes estavam na condição de anónimo, comparativamente quando estavam na condição em que poderiam ser identificados, ou seja, constatou-se que o facto de permanecer em anónimo de algum modo acabava por desencorajar o comportamento de ajuda, caso este fosse normativo e socialmente desejável.

Estudos de Ocampo et al. (2007) demonstraram que muitas vezes os jovens não procuram auxílio junto dos órgãos formais, pois existe medo de serem julgados e temem que as informações não permaneçam confidenciais, o que pode ser explicado pelo medo de retaliação futura ou de danos causados pelo/a agressor/a (Rose, Trevillion, Woodall, Morgan, Feder & Howard, 2011).

Muitas vezes, os ajudantes informais podem desejar auxiliar a vítima, contudo, quando isso exige que haja um grande envolvimento poderá influenciar o seu desejo, isto é, caso os ajudantes informais saibam que o seu envolvimento irá implicar testemunhar em tribunal ou uma participação numa investigação da polícia, isso poderá influenciar os sujeitos a não prestarem auxílio (Rothe et al., 2002, cit in Nicksa, 2013).

4.3.5 Relação entre o ajudante informal e agressor/a/ vítima

Algumas pesquisas têm-se dedicado ao modo como o relacionamento entre o ajudante informal e o/a agressor/a ou a vítima pode influenciar a sua decisão de intervir.

No que concerne à relação entre o ajudante informal e o/a agressor/a, existem algumas evidências empíricas que demonstram que os participantes do género masculino têm maior intenção de auxiliar a vítima caso o/a agressor/a seja um desconhecido, neste caso, iria existir uma maior probabilidade do ajudante informal realizar uma denúncia, enquanto as ajudantes informais do género feminino assumem a mesma probabilidade de auxiliar a vítima independentemente de conhecerem o/a agressor/a ou não (Bennett, Banyard & Edwards, 2016). Descobertas de Weisz e Black (2008), vão na mesma linha de pensamento dos autores acima referidos, uma vez que concluíram que quando existem laços de amizade entre ajudantes informais e agressores/as é pouco provável que estes intervenham, independentemente de ser de modo direto ou indireto.

Relativamente à relação entre o ajudante informal e a vítima, os autores Tisak e Tisak (1996), constataram que quando existem laços de amizade entre as vítimas e os ajudantes informais, estes apresentam uma maior disposição para auxiliar, comparativamente com sujeitos desconhecidos. Na mesma linha de ideias, os autores West e Wandrei (2002) defendem que quando o ajudante informal tem uma relação com a vítima, pode acontecer que este olhe para a mesma como sendo uma pessoa boa, e isso pode ter uma grande influência na probabilidade da vítima receber auxílio. Contudo, um estudo de Póvoa (2019) refuta tais ideias, tendo concluído que quando os ajudantes informais têm um grau de proximidade com as vítimas (eg. familiares, vizinhos), estes acabam por ter menos comportamentos de ajuda, isto é, existem maiores níveis de auxílio às vítimas com as quais não têm uma relação de proximidade (pessoas desconhecidas). Tais resultados podem ser justificados no sentido da população do estudo (estudantes universitários) não estar tão desperta para a questão da violência na intimidade, ou pelo facto de

provavelmente os jovens face à sua idade e ao papel que desempenham na família, assumirem que a função de fornecer auxílio não lhes diz respeito a si, mas a outro membro.

4.4 Fatores sociodemográficos e atitudes em relação à violência na intimidade

Alguns estudos têm demonstrado que as atitudes e por sua vez os comportamentos em relação à violência entre parceiros íntimos diferem conforme as circunstâncias que envolvem a violência. Ou seja, as atitudes e os comportamentos dos potenciais ajudantes informais podem ser fortemente influenciados por fatores sociodemográficos (ex: género da vítima e do agressor/a, pela educação/ escolaridade, pela idade do observador e pelo seu histórico de abuso, isto é, histórico de agressor ou de vítima) (Robertson & Murachver, 2009).

4.4.1 Género

O impacto do género do sujeito assume-se como uma das variáveis mais importantes estudadas quando se trata de abordar as intervenções dos ajudantes informais em situações de carácter emergente (Chabot, Tracy, Manning & Poisson, 2009). De acordo com Chabot, Gray, Makande e Hoyt (2016), o género do ajudante informal é um fator com relevo para a sua intervenção. O abuso perpetrado por um membro do género feminino é olhado com menos severidade, além disso existe menos empatia por parte dos ajudantes informais quando estão perante uma vítima masculina, assumindo que o sujeito tem culpa do sucedido, o que pode ser justificado no sentido das vítimas masculinas sofrerem um preconceito extremo (Garratt, 2012).

Sabe-se também que os ajudantes informais do género masculino são tendencialmente mais tolerantes com a violência entre parceiros íntimos, independentemente do género das vítimas, sendo que ocorre o inverso com as mulheres (West & Wandrei, 2002). Neste sentido, as mulheres têm uma postura mais rígida de condenação de atos violentos (Gracia & Herrero, 2006) e atribuem menos culpa às vítimas (West & Wandrei, 2002), enquanto os homens são mais propensos a concordarem com crenças e mitos em relação à violência, demonstrando menos empatia pelas vítimas (Flood & Pease, 2009).

Um aspeto que não deve ser desconsiderado é a questão dos ajudantes informais perceberem a violência realizada pelos membros do seu próprio género como sendo mais

severa, o que poderá chocar com a sua própria identidade social (Robertson & Murachver, 2009).

Não existe um consenso quanto ao género que é mais propenso a ter comportamentos de ajuda. No entanto, alguns estudos consideram que as mulheres tendem a envolver-se de modo mais útil face a uma situação de violência, como por exemplo: conversar com a vítima e chamar a polícia (Chabot, Tracy, Manning & Poisson, 2009), o que pode ser justificado pelo facto de existirem expectativas elevadas de que o género feminino seja altruísta e por isso sinta preocupação com as necessidades dos outros (Eagly & Crowley, 1986).

Contudo, um estudo de Chabot et al. (2009) concluiu que em geral os homens têm maior tendência para intervir, tal como conversar com o/a agressor/a, e se envolverem fisicamente com o/a mesmo/a. De acordo com Tisak e Tisak (1996), quando os ajudantes informais são do género masculino geralmente auxiliam a vítima através de atos diretos, tais como o confronto ao agressor, sendo que a maioria das mulheres opta por uma intervenção indireta (tal como fazer queixa às autoridades). Importa destacar que os ajudantes informais do género masculino geralmente se envolvem em atos que acarretam maior risco tais como confrontos verbais e físicos com o/a agressor/a (Chabot, Gray, Makande e Hoyt, 2016), o que pode ser justificado pelo facto de os homens serem educados para serem destemidos e fortes (Eagly & Crowley, 1986). Contrariamente, as mulheres têm tendência para intervir de forma indireta, tal como chamar a polícia, ou tendem a intervir quando sentem que estão em segurança (Nicksa, 2013), além disso podem procurar falar com a vítima (Chabot, Tracy, Manning & Poisson, 2009).

4.4.2 Grau de escolaridade

Alguns estudos realizados têm demonstrado que os níveis de escolaridade mais elevados podem estar intimamente relacionados a uma menor aceitação de comportamentos agressivos nos relacionamentos íntimos (Simon et al., 2001). Ao encontro desta ideia, também Uthman, Lawoko e Moradi (2010) consideram que baixos níveis de escolaridade podem relacionar-se com a justificação da violência na intimidade. Assim muitas vezes estes comportamentos agressivos são negligenciados pelas vítimas, de modo que justificam a violência como sendo uma resposta pouco comum e por isso, é desculpabilizada (Carlson & Worden, 2005).

Em oposição, indivíduos com níveis de escolaridade mais elevados têm tendência para reconhecerem situações violentas, o que permite que se possam afastar de tais eventos (Chamberland & Laport, 2010). Existindo deste modo uma correlação positiva entre a educação e uma menor aceitação e justificação de condutas violentas (Boyle, Georgiades, Cullen & Racine, 2009). Contudo importa fazer uma distinção entre o nível educacional e as atitudes ou comportamentos. Por um lado, um estudo de Malik e Nadda (2019) demonstrou que sujeitos com altos níveis de escolaridade têm comportamentos violentos, e muitas vezes nessas situações a violência pode ser bidirecional. Por outro lado, quanto às atitudes, um estudo de Machado et al. (2010) concluiu que à medida que o nível de escolaridade dos sujeitos era mais baixo, mais estes apoiavam condutas violentas.

4.4.3 Idade

Em relação à idade do observador os dados não são conclusivos pois seria de esperar que os sujeitos mais jovens defendessem ideias informadas no que concerne à violência entre parceiros íntimos (Flood & Pease, 2009), sendo que alguns autores defendem esta ideologia. As gerações mais velhas geralmente possuem visões mais tradicionais, julgando por vezes a violência como algo aceitável e que faz parte de um relacionamento, o que pode ser justificado no sentido em que os mais velhos viveram numa época onde as pessoas eram menos responsabilizadas pelos problemas sociais (Gracia, García & Lila, 2009). Na mesma linha de pensamento, encontram-se Beeble, Post, Bybee e Sullivan (2008) defendendo que provavelmente os mais jovens estariam afastados de ideais patriarcais. Segundo Carlson e Worden (2005), os sujeitos com mais idade avaliavam cenários de violência atribuindo-lhes pouca severidade e sentindo pouca responsabilidade pessoal para agir.

Um estudo realizado em Portugal, com jovens do ensino universitário, concluiu que os indivíduos mais velhos apoiam em menor escala condutas violentas, ou seja, com o aumento da idade a aprovação da violência diminui (Machado, et al. 2010). Assim sendo, a aceitação, justificação e tolerância face a eventos de violência na intimidade estão mais presentes em sujeitos mais jovens (Flood & Pease, 2009). Segundo, Speizer e Pearson (2010) quando comparados jovens adultos com adultos mais velhos, constatou-se que os mais jovens adotaram uma postura de aceitação e apoio face à violência íntima.

4.4.4 Histórico de abuso (como agressor/a ou como vítima)

Existem algumas evidências de que as experiências com as figuras significativas durante a infância influenciam o comportamento interpessoal subsequente, sendo que isso poderá ter repercussões no futuro, podendo o sujeito manter essas condutas (Robertson & Murachver, 2009; Paiva & Figueiredo, 2003). Por outras palavras, os sujeitos que são expostos a violência durante o período da infância têm maior probabilidade de vir a apoiar condutas violentas, e tornar-se perpetradores das mesmas ou então virem a tornar-se vítimas (Wekerle & Wolfe, 1998).

Quando um indivíduo testemunha violência na infância, ou experimenta um abuso enquanto adulto pode aumentar significativamente a probabilidade de que ajude outros membros da comunidade que também sejam vítimas dessa situação (Beeble, et al. 2008; Chabot, Tracy, Manning & Poisson, 2009). Assim sendo, de acordo com Borkman (1976) a experiência passada, poderá auferir competências ou conhecimento ao indivíduo para que este possa resolver o problema. Transpondo o conhecimento experimental para o caso de abuso, essa vivência poderá fornecer ao sujeito competências que lhe permitem ajudar as vítimas. Assim, podem ser desenvolvidos alguns sentimentos de empatia podendo os ajudantes informais ter uma função ativa no processo de auxílio uma vez que compartilham experiências com as vítimas, quer tenham sofrido pessoalmente de violência, quer tenham assistido a violência no seio familiar, e têm um maior conhecimento do que pode ser útil naquele momento, uma vez que também passaram por algo semelhante (Beeble, Post, Bybee & Sullivan, 2008).

Parte II- Estudo Empírico

1. Método

1.1 Objetivos e questões de investigação

O presente estudo é sobre a vitimização masculina, em contexto de intimidade, onde a mulher se assume como agressora e o homem como vítima de violência física e psicológica.

Este trabalho tem como principal objetivo compreender a influência das atitudes, a atribuição causal, a perceção de severidade e o sentimento de responsabilidade pessoal, na decisão de agir quando os indivíduos são confrontados com situações de violência no namoro em relação ao homem. Pretende-se ainda constatar se a decisão de intervir é influenciada pelas variáveis demográficas, tais como, o género e o facto de o sujeito já ter alguma experiência anterior de violência.

1.2 Hipóteses

Tendo em conta a literatura foram colocadas as seguintes hipóteses:

H1: É esperado que a intenção de agir seja influenciada pela perceção de severidade, pela responsabilidade percebida, pela atribuição causal, pelas atitudes de banalização da violência psicológica, atitudes de submissão da violência psicológica, atitudes de aceitação da violência psicológica, atitudes de banalização da violência física e atitudes de aceitação da violência física.

H2: É esperado que os ajudantes do género masculino e os ajudantes do género feminino assumam diferenças significativas na sua intenção de agir, isto é, que as mulheres tenham mais comportamentos de ajuda indiretos e os homens tenham comportamentos mais diretos (que as mulheres escolham realizar uma denúncia anónima ou falem/ aconselhem a vítima e que os homens falem/ aconselhem a agressora e intervenham diretamente na situação);

H3: Espera-se que a experiência anterior de violência do ajudante informal como observador tenha impacto na sua intenção de agir, mais concretamente, que os ajudantes informais com experiência enquanto observadores estejam mais disponíveis para agir;

H4: É esperado que a experiência anterior de violência do ajudante informal como vítima ou agressor/a tenha impacto na sua intenção de agir, isto é, que os ajudantes informais com experiência enquanto vítimas/agressores estejam mais disponíveis para agir;

H5: Espera-se que existam diferenças significativas na intenção de agir dos ajudantes informais em função do tipo de violência (violência física ou violência psicológica), mais concretamente, que os ajudantes informais estejam mais disponíveis para agir em situações de violência física do que de violência psicológica;

H6: É esperado que o género influencie significativamente as atitudes em relação à violência no namoro, ou seja, que os homens tenham mais atitudes de tolerância e aceitação face a condutas violentas entre parceiros íntimos.

1.3 Participantes

O presente estudo conta com uma amostra composta por 351 participantes (N=351), estudantes universitários da Universidade de Évora, sendo que 64,80% (N= 230) são do género feminino. Relativamente às idades dos sujeitos, estas estão compreendidas entre os 17 e os 48, com uma média de 20,3 anos. No que concerne ao estado civil, a amostra contém maioritariamente sujeitos solteiros (94,80%, N=333). Tendo em conta que são jovens universitários, e por este mesmo motivo, possuem um nível alto de escolaridade, sendo que o curso de Psicologia consiste no curso com maior número de participantes no estudo.

No que diz respeito à área geográfica de residência, os sujeitos que compõem a amostra, encontram-se distribuídos por diversas zonas, nomeadamente Alentejo, Centro, Lisboa e Norte. Neste sentido, a área geográfica com maior representação ao nível dos participantes, consiste no Alentejo com 45,60% (N=160), dos quais 15,10% (N=53) residem em Évora.

Em relação à experiência anterior de violência, 35,50% (N=126) dos sujeitos que compõem a amostra referiram já ter observado uma situação de violência doméstica, por outro lado, 11,30% (N=40) referiram já ter passado por uma situação de violência doméstica, como vítimas ou como agressores/as (ver Tabela 1).

Tabela 1 - *Caracterização sociodemográfica da amostra*

Variáveis		N	%	
Gênero	Masculino	121	34,10	
	Feminino	230	64,80	
Idade	17-25	336	96,00	
	26-45	15	4,00	
Estado Civil	Solteiro	333	94,90	
	Casado	4	1,10	
	Divorciado	1	0,30	
	União de facto	4	1,20	
Outro	Outro	9	2,50	
	Encontra-se atualmente numa relação amorosa?	Sim	164	46,20
	Não	187	52,70	
Experiência anterior de violência como observador/a	Sim	126	35,50	
	Não	225	63,40	
Experiência anterior de violência como vítima e/ou agressor/a	Sim	40	11,30	
	Não	311	87,60	

1.4 Instrumento de recolha de dados

O instrumento utilizado neste estudo é composto por três partes. Na primeira parte os participantes preenchem o questionário sociodemográfico, composto por nove itens, como o género, a idade, o estado civil, o curso que frequentam, local de residência, bem como o meio residencial dos sujeitos (urbano ou rural) e se se encontram numa relação amorosa atualmente. Esta parte termina com duas questões para averiguar se o sujeito já foi observador de uma situação de violência doméstica, e ainda pretende compreender se o participante já passou por uma situação de violência doméstica como vítima e/ou agressor/a.

Numa segunda parte são apresentados aos participantes quatro cenários hipotéticos que descrevem situações de violência na intimidade, sendo que dois destes cenários representam situações de violência física e os outros dois cenários representam situações de violência psicológica, sendo a agressora do gênero feminino e a vítima do gênero masculino. Estes foram desenvolvidos por Tojo (2017) e Lagartixa (2017) tendo como base o trabalho anteriormente desenvolvido por Turgeon e Chamberland (1994, citado por Chamberland & Laporte, 2010) e Gracia e colaboradores (2008) (ver Tabela 2). Seguidamente os participantes têm doze questões que abordam temas como a responsabilidade pessoal, a percepção de severidade, a atribuição de culpa, e a intenção comportamental, sendo que para dar resposta a tais questões, os indivíduos utilizam uma escala diferencial semântica composta por 10 pontos, onde 1 representa “nada” e 10 representa “muito”.

Relativamente ao Sentimento de Responsabilidade Pessoal, foi avaliado através de três itens distintos, nomeadamente “Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse sua familiar?”; “Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse sua vizinha?”; “Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse uma pessoa desconhecida?”. Estes itens partiram da Escala de Responsabilidade, integrada na Escala de Atitudes Policiais de Gracia e Colaboradores (2008). Neste sentido, importa denotar, que os autores acima mencionados não manipularam o grau de proximidade à vítima, tendo-se concentrado na responsabilidade sentida para fazer algo. Contudo, trabalhos de Tojo (2017) e Lagartixa (2017) procuraram fazer esta mesma modificação manipulando o grau de proximidade.

Relativamente à Percepção de Severidade, esta foi avaliada através do item “Até que ponto a situação lhe parece grave?”. Que por sua vez foi adaptada dos trabalhos de Gracia e Colaboradores (2008); Valor-Segura, Expósito, & Moya, 2011 e Turgeon e Chamberland (1994 como citado em Chamberland et al. 2007; como citado em Chamberland & Laporte, 2010).

Quanto à Atribuição Causal, foram utilizados três itens que se debruçavam sobre esta mesma questão, nomeadamente “Em que medida concorda que a culpa da situação seja da agressora?”; “Em que medida concorda que a culpa da situação seja da vítima” e “Em que medida concorda que a culpa da situação se deva a outras situações de vida (ex:

desemprego) ”. Estes itens foram adaptados tendo por base os trabalhos de Gracia e Tomás (2014), Langhinrichsen-Rohling, Shlien-Dellinger, Huss e Kramer (2004) e Valor-Segura e Colaboradores (2011).

No que concerne à intenção comportamental, esta foi avaliada através do recurso a cinco itens, nomeadamente “Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia anónima?”, “Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia identificada?”, “Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar a vítima?”, “Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar a agressora?” e “Perante esta situação qual a probabilidade de intervir diretamente na mesma?”. Relativamente a estes itens, surgiram dos trabalhos de Chabot e Colaboradores (2009), tendo sido adaptados por Tojo (2017) e Lagartixa (2017).

Para finalizar, é solicitado aos participantes que preencham a Escala de Atitudes acerca da Violência no Namoro (E.A.V.N.) desenvolvida e validada em 1999 por Price, Byers & The Dating Violence Research Team. Esta escala consiste num instrumento de autorrelato, sendo que tem um total de 76 itens, contudo, na presente dissertação serão apenas utilizadas as escalas D e E, obtendo um total de 25 afirmações, que correspondem às atitudes em relação à violência psicológica e física exercida pelas mulheres sobre os homens. Esta escala foi validada em 2008 para a população portuguesa por Saavedra, Machado e Martins. Este instrumento de autorrelato requer que os participantes se posicionem numa escala de *Likert* de cinco pontos, onde 1 representa “Discordo totalmente” e 5 representa “Concordo totalmente”.

Tabela 2 - Cenários hipotéticos

Cenários Hipotéticos	
	“Vera agride Francisco, dando-lhe uma bofetada”
Violência Física	“Ana e Rui discutem e Ana arremessa-lhe um objeto (e.g.: cinzeiro)
	“Maria ameaça e chantageia Carlos”
Violência Psicológica	“Margarida e Luís discutem e Margarida chama-lhe burro e inútil”

1.5 Procedimento de Recolha de Dados

A recolha da amostra aconteceu durante o ano letivo 2019/2020, sendo utilizados procedimentos de amostragem não probabilísticos de conveniência e efeito de bola de neve (Marôco, 2011).

Os questionários foram administrados de dois modos distintos, por um lado, estava disponível um *link* que dava acesso ao mesmo, no entanto também foi necessário administrar os questionários em formato de papel.

O questionário continha informações relativas à sua confidencialidade, sendo que também salientava que a participação era completamente voluntária e não remunerada, deste modo se em algum momento da sua aplicação a vontade dos sujeitos fosse de desistir, estes poderiam fazê-lo sem quaisquer tipos de prejuízo. De seguida, houve um momento de caracterização sociodemográfica da amostra recolhida, com o intuito de verificar se a amostra era equilibrada.

1.6 Procedimento de Análise de Dados

O procedimento de análise de dados iniciou-se com a preparação dos dados, em particular com a inversão dos itens negativos da Escala de Atitudes sobre a Violência no Namoro, uma vez que nesses itens, quanto maior fosse a pontuação, maiores eram as atitudes de rejeição de violência. Relativamente à subescala da violência psicológica foi necessário inverter os itens 1, 2 e 13. Quanto à subescala da violência física foram invertidos os itens 20, 21, 23 e 25.

Com o intuito de verificar a validade de constructo da escala, realizou-se a análise fatorial exploratória dos itens, tendo por base o procedimento que foi utilizado pelos autores da versão original. Deste modo realizou-se a análise fatorial individualizada das diferentes subescalas.

No que concerne à subescala “Atitudes acerca da violência psicológica perpetrada pelas raparigas” foi possível identificar três fatores que explicam um total de 57, 79% da variância dos resultados. Esta subescala conserva 10 itens da escala original. O primeiro fator explica 24, 72 % e foi denominado de submissão. O segundo fator explica 16, 79% da variância e foi denominado de banalização da pequena violência. Por fim, o terceiro

fator explica 16,29% da variância e denomina-se de aceitação da grande violência (ver Tabela 3).

Tabela 3 - Resultados da validade de constructo da subescala da violência psicológica

#	Item	Fator 1 - submissão	Fator 2 - banalização da pequena violência	Fator 3 - aceitação da grande violência
6	As raparigas têm o direito de dizer aos namorados o que fazer.	0,76	0,16	0,08
7	É importante que um rapaz se vista sempre da forma que a namorada quer.	0,71	0,03	0,17
4	Um rapaz deve fazer sempre o que a namorada lhe diz para fazer	0,661	0,16	-0,02
3	As raparigas têm o direito de dizer aos namorados como se devem vestir	0,66	0,06	-0,04
9	Um rapaz deve pedir sempre autorização à namorada para sair com os amigos.	0,66	0,13	0,05
11	É normal uma rapariga gritar com o namorado quando fica furiosa.	0,11	0,80	0,09
8	Por vezes as raparigas não conseguem evitar insultar os namorados.	0,24	0,68	0,08
10	Uma rapariga pode dizer mal do namorado.	0,06	0,63	0,17
1	Não existe nenhuma desculpa para uma rapariga ameaçar o namorado.	0,16	0,06	0,91
2	Não existe nenhuma razão para uma rapariga insultar o namorado.	-0,04	0,33	0,85

Relativamente à subescala “Atitudes acerca da violência física perpetrada pelas raparigas” foi possível identificar dois fatores que explicam um total de 57, 68% da variância dos resultados. Esta subescala conserva 8 itens da escala original. O primeiro fator explica 30, 38% e foi denominado de banalização da pequena violência. O segundo fator explica 27,3 % da variância e foi denominado de aceitação da grande violência (ver Tabela 4).

Tabela 4 - Resultados da validade de constructo da subescala da violência física

#	Item	Fator 1 - banalização da pequena violência	Fator 2 - aceitação da grande violência
18	Por vezes, uma rapariga tem de bater no namorado para ele a respeitar.	0,76	0,12
16	Por vezes, as raparigas não conseguem evitar dar murros nos namorados.	0,74	0,10
24	Algumas raparigas têm que bater nos namorados para serem ouvidas.	0,65	0,04
17	Alguns rapazes merecem levar uma bofetada da namorada.	0,63	0,39
15	Não tem mal se uma rapariga empurrar o namorado.	0,60	0,24
21	Não existe nenhuma razão para um rapaz levar uma bofetada da namorada.	0,25	0,83
20	Uma rapariga não deve bater no namorado, independentemente do que ele tenha feito.	0,01	0,81
23	Nunca está correto uma rapariga dar uma bofetada ao namorado.	0,25	0,78

De seguida, são apresentados os resultados de precisão da Escala de Atitudes sobre a Violência no Namoro, tendo em conta a adaptação da mesma. A subescala da violência psicológica divide-se em três fatores, sendo que no fator 1- submissão o alfa de *Cronbach* é de 0,71, no fator 2- banalização da pequena violência o alfa de *Cronbach* é de 0,755 e no fator 3- aceitação da grande violência o alfa de *Cronbach* é de 0,79. A subescala da violência física divide-se em dois fatores, sendo que no fator 1- banalização da pequena violência o alfa de *Cronbach* é de 0,72 e no fator 2- aceitação da grande violência o alfa de *Cronbach* é de 0,78 (ver Tabela 5).

Tabela 5 - Resultados de precisão da Escala de Atitudes sobre a Violência no Namoro

		Nº de itens	Alfa de <i>Cronbach</i>
Subescala da Violência Psicológica	Fator 1 - Submissão	5	0,71
	Fator 2 - banalização da pequena violência	3	0,76
	Fator 3 - aceitação da grande violência	2	0,79
Subescala da Violência Física	Fator 1 - banalização da pequena violência	5	0,72
	Fator 2 - aceitação da grande violência	3	0,78

Foram realizadas diversas análises para testar as diferentes hipóteses colocadas. Assim, com o objetivo de testar a primeira hipótese, recorreu-se ao modelo de regressão linear múltipla para a variável dependente “intenção de agir”, com as variáveis: denúncia anónima, denúncia identificada, falar/aconselhar a vítima, falar/aconselhar a agressora e

intervir diretamente na situação, e tendo as seguintes variáveis independentes: “percepção de severidade”, “responsabilidade percebida”, “atribuição causal”, “atitudes da violência psicológica banalização”, “atitudes da violência psicológica submissão”, “atitudes da violência psicológica aceitação”, “atitudes da violência física banalização” e “atitudes da violência física aceitação”. Este procedimento repetiu-se para os dois cenários de violência psicológica e para os dois cenários de violência física.

De seguida, para verificar as hipóteses 2, 3, 4 e 5, recorreu-se a ANOVAS de medições repetidas, sendo que se pretendia verificar se a intenção de agir dos potenciais ajudantes é influenciada pelo género, pela experiência enquanto observador, ou pela experiência enquanto vítima/agressor/a e em função do tipo de violência. Para terminar, recorreu-se ao teste *t*-Student para testar a 6ª hipótese, sendo que se pretendia verificar se o género dos potenciais ajudantes exercia influência nas suas atitudes.

2. Resultados

2.1 Análise de regressão

1ª Hipótese de investigação: É esperado que a intenção de agir seja influenciada pela percepção de severidade, pela responsabilidade percebida, pela atribuição causal, pelas atitudes de banalização da violência psicológica, atitudes de submissão da violência psicológica, atitudes de aceitação da violência psicológica, atitudes de banalização da violência física e atitudes de aceitação da violência física.

Procedeu-se ao cálculo do modelo de regressão linear múltipla para a variável dependente “intenção de agir”, e tendo as seguintes variáveis independentes: “percepção de severidade”, “responsabilidade percebida” (onde a vítima pode assumir o papel de familiar, vizinha ou desconhecida), “atribuição causal” (onde é atribuída culpa à vítima, à agressora, ou a uma situação de vida da agressora) “atitudes de banalização da violência psicológica”, “atitudes de submissão da violência psicológica”, “atitudes de aceitação da violência psicológica”, “atitudes de banalização da violência física” e “atitudes de aceitação da violência física”.

Em relação ao cenário de violência física “bater”, como se pode verificar na Tabela 6, o resultado das regressões múltiplas para os vários tipos de intenção de agir, mostram que os fatores que contribuem para os diferentes comportamentos são diferentes. Contudo

verifica-se que o grau de severidade, e a atribuição da culpa à agressora são fatores importantes para quase todos os tipos de intervenção. Em contrapartida a atribuição da culpa à vítima não tem nenhuma influência, e a atribuição da culpa à situação apenas contribuiu para a ação falar/aconselhar a agressora. Em relação às atitudes da subescala da violência psicológica, as atitudes de banalização, foram aquelas que mais contribuíram para a explicação das diferentes formas de agir, sendo que quanto mais se banaliza a violência psicológica menos são os diferentes tipos de intervenção. Um último aspecto que se destaca da análise da Tabela 6 é que a vítima ser familiar não contribui para nenhuma forma de intervenção. Quando a vítima é vizinha há uma maior intenção de realizar uma denúncia anônima e de falar/aconselhar a vítima. Quando a vítima é desconhecida existe uma maior intenção para realizar uma denúncia identificada, falar/aconselhar a agressora e intervir diretamente, ou seja, formas de intervenção mais ativas e que expõem mais o ajudante informal.

Em relação ao cenário de violência psicológica “ameaçar”, como se pode verificar na Tabela 7, o resultado das regressões múltiplas para os diversos tipos de intenção de agir, mostra que os comportamentos são influenciados por diversos fatores. No entanto, constatou-se que o grau de severidade e a responsabilidade percebida quando a vítima é vizinha são fatores importantes em todos os tipos de intervenção. Contrariamente a responsabilidade percebida quando a vítima é familiar e a atribuição de culpa a uma situação não exerceu influência em nenhum curso de ação. Relativamente às atitudes da subescala da violência psicológica, as atitudes de banalização uma vez mais foram as que mais contribuíram para a explicação das diferentes formas de agir, ou seja, quanto mais se banaliza a violência psicológica menos são os diferentes tipos de intervenção. Quando a vítima é desconhecida há uma maior intenção de realizar uma denúncia identificada e de intervir diretamente na situação. Uma vez mais, os ajudantes informais consideraram que iriam intervir de modo mais ativo e exposto.

Relativamente ao cenário de violência física “arremessar”, pode constatar-se através da análise da Tabela 8 o resultado das regressões múltiplas para os diversos tipos de intenção de agir, sendo que se verifica que os comportamentos são influenciados por diversos fatores. Assim, verificou-se que o grau de severidade e a responsabilidade percebida quando a vítima é vizinha são fatores importantes em todos os tipos de intervenção. Em contrapartida a responsabilidade percebida quando a vítima é familiar não exerceu influência em nenhum curso de ação. Além disso, a responsabilidade percebida quando a

vítima é desconhecida exerce influência em dois cursos de ação, nomeadamente realizar uma denúncia identificada e intervir diretamente na situação. A atribuição de culpa à vítima exerce influência no curso de ação falar/aconselhar a agressora e intervir diretamente na situação. A atribuição de culpa à agressora exerce influência em dois cursos de ação, nomeadamente em realizar uma denúncia identificada e falar/aconselhar a agressora. No que diz respeito às atitudes da subescala da violência psicológica, destaca-se uma vez mais as atitudes de banalização, que exercem uma influência negativa nos cursos de ação falar/aconselhar a vítima e intervir diretamente na situação, isto é, quanto mais os ajudantes informais tenham atitudes de banalização da violência psicológica, menos vão falar/aconselhar a vítima e menos vão intervir na situação.

Em relação ao cenário de violência psicológica “insultar”, como se pode verificar na Tabela 9, o resultado das regressões múltiplas para os diversos tipos de intenção de agir, mostra que os comportamentos são influenciados por diversos fatores. No entanto, verificou-se que o grau de severidade e a responsabilidade percebida quando a vítima é vizinha são fatores importantes em quase todos os cursos de ação. Contrariamente a responsabilidade percebida quando a vítima é familiar e a atribuição de culpa à vítima não exerceu influência em nenhum curso de ação. Relativamente às atitudes da subescala da violência psicológica, as atitudes de submissão contribuíram para a explicação das diferentes formas de agir, ou seja, quanto mais atitudes de submissão da violência psicológica menos os sujeitos realizam denúncias anónimas e menos intervêm diretamente. Quando a vítima é desconhecida há uma maior intenção de realizar uma denúncia anónima e uma denúncia identificada.

Tabela 6 - Modelo de regressão linear múltipla para o cenário de Violência Física – Bater

Intenção de agir	R2	Severidade	Resp. (vítima familiar)	Resp. (vítima vizinha)	Resp. (vítima desconhecida)	Atribuição de culpa à vítima)	Atribuição de culpa (agressora)	Atribuição de culpa (situação)	AVP Banalização	AVP Submissão	AVP Aceitação	AVF Bana lizaç ão	AVF Aceit ação
Denúncia anônima	,41	,36 (,00)	-	,32 (,00)	-	-	,13 (,01)	-	-,10 (,02)	-	-	-	-
Denúncia identificada	,31	.22 (,00)	-	-	.38 (,00)	-	.13 (,01)	-	-	-	-.11 (,03)	.16 (,00)	-
Falar/aconselhar a vítima	,31	,27 (,00)	-	,31 (,00)	-	-	,14 (,01)	-	-,09 (,04)	-	-	-	-
Falar/aconselhar a agressora	,07	-	-	-	,22 (,00)	-	-	,14 (,01)	-	-	-	-	-
Intervir diretamente	,28	,17 (,00)	-	-	,43 (,00)	-	-	-	-,19 (,00)	-	-	,18 (,00)	-

Tabela 7 - Modelo de regressão linear múltipla para o cenário de Violência Psicológica – ameaçar

Intenção de agir	R2	Severidade	Resp. (vítima familiar)	Resp. (vítima vizinha)	Resp. (vítima desconhecida)	Atribuição culpa (vítima)	Atribuição culpa (agressora)	Atribuição culpa (situação)	AVP Banalização	AVP Submissão	AVP Aceitação	AVF Banalização	AVF Aceitação
Denúncia anônima	,35	,31(,00)	-	,33 (,00)	-	-	-	-	-,09 (,04)	-	-	-	-
Denúncia identificada	,33	,16 (,01)	-	,21 (,02)	,24 (,01)	-	,10 (,04)	-	-	-	-	-	-
Falar/aconselhar a vítima	,33	,29 (,00)	-	,22 (,00)	-	-	,18 (,00)	-	-,13 (,00)	-	-	-	-
Falar/aconselhar a agressora	,11	-	-	,32 (,00)	-	,11(,04)	-	-	-	-	-	-	-
Intervir diretamente	,33	,19 (,00)	-	,21 (,02)	,21 (,02)	,10 (,04)	-	-	-	-	-,12(,01)	-	,13 (,01)

Tabela 8 - Modelo de regressão linear múltipla para o cenário de Violência Física – arremessar

Intenção de agir	R2	Severidade	Resp. (vítima familiar)	Resp. (vítima vizinha)	Resp. (vítima desconhecida)	Atribuição culpa (vítima)	Atribuição culpa (agressora)	Atribuição culpa (situação)	AVP Banalização	AVP Submissão	AVP Aceitação	AVF Banalização	AVF Aceitação
Denúncia anônima	,34	,36 (,00)	-	-	,30(,00)	-	-	-	-	-	-	-	-
Denúncia identificada	,30	,17 (,00)	-	-	,44 (,00)	-	-	-	-	-	-	-	-
Falar/aconselhar a vítima	,39	,39 (,00)	-	-	,22 (,00)	-	,10 (,04)	-	-,13 (,00)	-	-	-	-
Falar/aconselhar a agressora	,11	-	-	-	,30 (,00)	-	-	,14(,01)	-	-	-	-	-
Intervir diretamente	,37	,23 (,00)	-	-	,44 (,00)	-	-	-	-,11 (,01)	-	-	-	,14 (,00)

Tabela 9 - Modelo de regressão linear múltipla para o cenário de Violência Psicológica – insultar

Intenção de agir	R2	Severidade	Resp (vítima familiar)	Resp (vítima vizinha)	Resp (vítima desconhecida)	Atribuição culpa (vítima)	Atribuição culpa (agressora)	Atribuição culpa (situação)	AVP Banalização	AVP Submissão	AVP Aceitação	AVF Banalização	AVF Aceitação
Denúncia anônima	,42	,41 (,00)	-	-	,30 (,00)	-	-	-	-	-,08 (,04)	-	-	-
Denúncia identificada	,39	,26 (,00)	-	-	,42 (,00)	-	-	-	-	-	-	-	-
Falar/aconselhar a vítima	,49	,29 (,00)	-	,36 (,00)	-	-	,17 (,00)	-	-,09 (,03)	-	-	-	-
Falar/aconselhar a agressora	,22	,17 (,01)	-	,32 (,00)	-	-	-	,12 (,02)	-	-	-	-	-
Intervir diretamente	,40	,27 (,00)	-	,43 (,00)	-	-	-	-	-	-,10 (,02)	-	-	,12 (,01)

2.2 Análise comparativa: Género e experiência anterior de violência

2ª Hipótese de investigação: É esperado que os ajudantes do género masculino e os ajudantes do género feminino assumam diferenças significativas na sua intenção de agir, isto é, que as mulheres tenham mais comportamentos de ajuda indiretos e os homens tenham comportamentos mais diretos (que as mulheres escolham realizar uma denúncia anónima ou falem/ aconselhem a vítima e que os homens falem/ aconselhem a agressora e intervenham diretamente na situação);

Com o intuito de testar a segunda hipótese, realizou-se uma ANOVA de medições repetidas para verificar a intenção de agir, com cinco tipos de ação, para a violência física e para a violência psicológica em função do género dos ajudantes informais. Relativamente à violência física, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas entre o género masculino e o género feminino, relativamente ao curso de ação falar/aconselhar a vítima, como é possível verificar na Tabela 10. Nos cursos de ação denúncia anónima, denúncia identificada, falar ou aconselhar a agressora e intervir diretamente na situação não se verificaram diferenças significativas. Além disso, as mulheres apresentam uma intenção de agir significativamente maior do que os homens em quase todos os cenários, com exceção dos cenários falar/aconselhar a agressora, e intervir diretamente na situação, onde os homens apresentam valores ligeiramente superiores (Tabela 10).

Tabela 10 - ANOVA de medições repetidas para a intenção de agir na violência física em função do género

Intenção de agir	Feminino Média	Masculino Média	F	Sig.
Denúncia anónima	6,79	6,23	3,87	,50
Denúncia identificada	5,16	5,10	,03	,86
Falar/aconselhar a vítima	7,88	7,18	8,41	,00
Falar/aconselhar a agressora	5,71	5,84	,22	,64
Intervir diretamente na situação	6,19	6,39	,55	,46

Relativamente à violência psicológica, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas entre o género masculino e o género feminino, em relação a diferentes tipos de ajuda, tais como falar/aconselhar a vítima, falar/aconselhar a agressora e intervir diretamente na situação, tal como é possível verificar na Tabela 11. Além disso, verificou-se uma diferença marginalmente significativa no curso de ação denúncia anónima. Sendo que no curso de ação denúncia identificada não se verificaram diferenças significativas. As ajudantes do género feminino apresentam uma intenção de agir relativamente superior comparativamente com os ajudantes do género masculino em todos os cenários.

Tabela 11 - ANOVA de medições repetidas para a intenção de agir na violência psicológica em função do género

Intenção de agir	Feminino Média	Masculino Média	F	Sig.
Denúncia anónima	5,34	4,84	2,92	,09
Denúncia identificada	4,17	4,13	,02	,89
Falar/aconselhar a vítima	7,39	6,38	14,87	,00
Falar/aconselhar a agressora	5,72	5,10	4,70	,03
Intervir diretamente na situação	5,58	5,03	3,88	,05

3ª Hipótese de investigação: Espera-se que a experiência anterior de violência do ajudante informal como observador tenha impacto na sua intenção de agir, mais concretamente, que os ajudantes informais com experiência enquanto observadores estejam mais disponíveis para agir;

Com o intuito de testar a terceira hipótese, realizou-se uma ANOVA de medições repetidas para verificar a intenção de agir, com cinco tipos de ação, para a violência física e para a violência psicológica em função da experiência anterior como observador. Relativamente à violência física, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas em relação aos diferentes tipos de ajuda, como se pode verificar na Tabela 12. Os ajudantes com experiência enquanto observadores apresentam uma intenção de

agir ligeiramente superior comparativamente com os ajudantes sem experiência enquanto observadores em quase todos os cursos de ação, com exceção de realizar denúncia anónima e intervir diretamente na situação.

Tabela 12 - ANOVA de medições repetidas para a intenção de agir na violência física em função da experiência anterior como observador

Intenção de agir	Sem experiência anterior	Com experiência anterior	F	Sig.
	Média	Média		
Denúncia anónima	5,20	5,10	,13	,72
Denúncia identificada	4,12	4,21	,09	,76
Falar/aconselhar a vítima	6,88	7,32	2,77	,10
Falar/aconselhar a agressora	5,43	5,64	,55	,46
Intervir diretamente na situação	5,50	5,33	,38	,54

Relativamente ao cenário de violência psicológica, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas em relação aos diferentes tipos de ajuda, como se pode verificar na Tabela 13. Os ajudantes com experiência enquanto observadores apresentam uma intenção de agir relativamente superior quando comparados com os ajudantes sem experiência enquanto observadores em todos os cursos de ação, com exceção de falar/aconselhar a agressora.

Tabela 13 - ANOVA de medições repetidas para a intenção de agir na violência psicológica em função da experiência anterior como observador

Intenção de agir	Sem experiência anterior	Com experiência anterior	F	Sig.
	Média	Média		
Denúncia anônima	6,53	6,64	,16	,69
Denúncia identificada	5,11	5,20	,09	,76
Falar/aconselhar a vítima	7,63	7,64	,00	,97
Falar/aconselhar a agressora	5,81	5,66	,26	,61
Intervir diretamente na situação	6,22	6,33	,17	,68

4ª Hipótese de investigação: É esperado que a experiência anterior de violência do ajudante informal como vítima ou agressor tenha impacto na sua intenção de agir, isto é, que os ajudantes informais com experiência enquanto vítimas/agressores estejam mais disponíveis para agir;

Com o intuito de testar a quarta hipótese, realizou-se uma ANOVA de medições repetidas para a intenção de agir, mediante cinco tipos de ação, para a violência física e para a violência psicológica em função da experiência anterior como vítima/agressor/a. Relativamente à violência física, constatou-se a existência de diferenças estatisticamente significativas relativamente a diversos tipos de ajuda, tais como, falar/aconselhar a vítima, falar/aconselhar a agressora e intervir diretamente na situação, que pode ser visível na Tabela 14. No cenário denúncia identificada verifica-se uma diferença marginalmente significativa. No cenário denúncia anônima não se verificam diferenças significativas. Por fim, os ajudantes com experiência enquanto vítimas/agressores apresentam uma intenção de agir ligeiramente superior em todos os cenários comparativamente com os ajudantes sem experiência enquanto vítimas/agressores.

Tabela 14 - ANOVA de medições repetidas para a intenção de agir na violência física em função da experiência anterior como vítima/agressor

Intenção de agir	Sem experiência anterior	Com experiência anterior	F	Sig.
	Média	Média		
Denúncia anônima	6,57	6,86	,48	,49
Denúncia identificada	5,04	5,90	3,51	,06
Falar/aconselhar a vítima	7,50	8,68	10,79	,00
Falar/aconselhar a agressora	5,64	6,63	5,07	,03
Intervir diretamente na situação	6,16	7,01	4,61	,03

Relativamente à violência psicológica, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas em relação a dois tipos de ajuda, tais como, falar/aconselhar a vítima e falar/aconselhar a agressora como se pode constatar na Tabela 15. Nos restantes cenários não se verificaram diferenças significativas. Deste modo, os ajudantes com experiência enquanto vítimas/agressores apresentam uma intenção de agir ligeiramente superior em todos os cenários comparativamente com os ajudantes sem experiência enquanto vítimas/agressores.

Tabela 15 - ANOVA de medições repetidas para a intenção de agir na violência psicológica em função da experiência anterior como vítima/agressor

Intenção de agir	Sem experiência anterior	Com experiência anterior	F	Sig.
	Média	Média		
Denúncia anônima	5,15	5,28	,08	,78
Denúncia identificada	4,09	4,63	1,50	,22
Falar/aconselhar a vítima	6,90	8,13	9,69	,00
Falar/aconselhar a agressora	5,40	6,35	4,86	,03
Intervir diretamente na situação	5,31	5,99	2,56	,11

2.3 Análise comparativa: Tipo de violência

5ª Hipótese de investigação: Espera-se que existam diferenças significativas na intenção de agir dos ajudantes informais em função do tipo de violência (violência física ou violência psicológica), mais concretamente, que os ajudantes informais estejam mais disponíveis para agir em situações de violência física do que de violência psicológica;

Com o intuito de testar a quinta hipótese, realizou-se uma ANOVA de medições repetidas para a intenção de agir, mediante cinco tipos de ação, em função do tipo de violência (violência física ou violência psicológica). Relativamente aos dois tipos de violência, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas em relação a diversos tipos de ajuda, nomeadamente: denúncia anônima, denúncia identificada e intervir diretamente na situação, sendo visível na Tabela 16. Nos cenários falar/aconselhar a vítima e falar/aconselhar a agressora verificou-se que os resultados não são significativos. Por fim, os ajudantes apresentam uma intenção de agir significativamente superior quando estão perante uma situação de violência física nos cursos de ação denúncia anônima, denúncia identificada e intervir diretamente na situação, sendo que nos restantes cursos de ação os ajudantes agem mais quando estão perante um cenário de violência psicológica.

Tabela 16 - ANOVA de medições repetidas para a intenção de agir em função do tipo de violência

Intenção de agir	Violência física Média	Violência psicológica Média	F	Sig.
Denúncia anônima	6,66	6,27	8,43	,00
Denúncia identificada	5,16	4,91	4,48	,04
Falar/aconselhar a vítima	7,63	7,72	,66	,42
Falar/aconselhar a agressora	5,56	5,63	,41	,52
Intervir diretamente na situação	6,13	5,76	9,29	,00

2.4 Análise comparativa: Género e atitudes

6ª Hipótese de investigação: É esperado que o género influencie significativamente as atitudes em relação à violência no namoro, ou seja, que os homens tenham mais atitudes de tolerância e aceitação face a condutas violentas entre parceiros íntimos.

Com o objetivo de testar a sexta hipótese, efetuou-se uma análise t-Student. Após a análise, verificou-se que existem diferenças estatisticamente significativas entre o género feminino e o género masculino em relação aos cinco cursos de ação, sendo visível na Tabela 17. Além disso, constatou-se que relativamente às diferentes atitudes e crenças face à violência no namoro (nomeadamente atitudes de banalização da violência psicológica, atitudes de submissão da violência psicológica, atitudes de aceitação da violência psicológica, atitudes de banalização da violência física e atitudes de aceitação da violência física) os sujeitos do género masculino apresentaram valores significativamente superiores, comparativamente com os sujeitos do género feminino. Neste sentido, pode verificar-se que os homens têm mais atitudes de tolerância e aceitação de situações de violência no namoro.

Tabela 17 - Análise comparativa da EAVN em função do gênero

	Média Feminino	Média Masculino	T	P
Atitudes da violência psicológica banalização	1,95	2,19	-2,86	,00
Atitudes da violência psicológica submissão	1,32	1,58	-4,98	,00
Atitudes da violência psicológica aceitação	1,88	2,15	-2,58	,01
Atitudes da violência física banalização	1,36	1,69	-5,49	,00
Atitudes da violência física aceitação	1,78	2,34	-5,27	,00

3. Discussão

1ª Hipótese de investigação: É esperado que a intenção de agir seja influenciada pela percepção de severidade, pela responsabilidade percebida, pela atribuição causal, pelas atitudes de banalização da violência psicológica, atitudes submissão da violência psicológica, atitudes de aceitação da violência psicológica, atitudes de banalização da violência física e atitudes de aceitação da violência física.

Os resultados obtidos, permitem concluir que quanto mais próxima for a relação entre o ajudante informal e a vítima, menor é a probabilidade da vítima ser auxiliada, ou seja, os ajudantes informais estavam mais disponíveis para ajudar quando as vítimas eram vizinhas ou desconhecidas do que quando as vítimas eram familiares. Neste sentido, os achados vão contra a literatura existente, que considera que quando existem laços entre ajudantes informais e vítimas, há mais probabilidade de fornecer auxílio, comparativamente com vítimas desconhecidas (Tisak e Tisak, 1996). Um estudo de West e Wandrei (2002) concluiu que quando o ajudante informal tem uma relação de proximidade com a vítima existe uma maior probabilidade de a vítima receber auxílio. Na mesma linha de ideias Baron (2001) considera que os sujeitos tendem a cuidar

daqueles com quem estão emocionalmente envolvidos ou familiarizados. Por outro lado, um estudo de Póvoa (2019) obteve resultados semelhantes aos do presente estudo e concluiu que quando existe um grau de proximidade entre os ajudantes informais e as vítimas, existem menos comportamentos de ajuda. Estes resultados podem justificar-se uma vez que a amostra do estudo pode não estar tão desperta para a questão da violência na intimidade, ou devido ao papel que desempenham na família, sendo que a tarefa de auxílio geralmente diz respeito a outro membro. Além disso, descobertas de Weisz e Black (2008) concluíram que quando existe proximidade entre ajudantes informais e agressores é pouco provável que estes intervenham.

Nos dois cenários de violência física à semelhança com os dois cenários de violência psicológica, a percepção de severidade exerce influência em todos os cursos de ação com exceção de falar/aconselhar a agressora. Este resultado pode ser corroborado com estudos de vários autores, que concluíram que os ajudantes informais geralmente ajudam mais quando sentem que têm alguma responsabilidade, isto é, quando sentem que a vítima precisa do seu auxílio, pois caso não o tenha podem advir graves consequências e ainda há maior probabilidade de ajudar quando os custos são baixos (Clark & Word, 1972; Shotland & Stebbins, 1983; Gracia, García & Lila, 2009). Deste modo, pode justificar-se que a percepção de severidade não exerce influência na variável falar/aconselhar a agressora, uma vez que essa é uma resposta mais direta e segundo Nicksa (2013), sempre que as consequências, os custos, e o esforço são elevados, existe uma menor probabilidade dos ajudantes informais auxiliarem. Neste sentido, falar/ aconselhar a agressora pode implicar custos ou danos para o observador, o que o poderá inibir a sua ação.

Um outro fator significativo foi a atribuição de culpa à agressora, uma vez que quanto mais culpa se atribuía à perpetradora de violência mais eram os comportamentos de ajuda dos ajudantes informais. Estes resultados são interessantes pois após analisar os resultados dos quatro cenários, falar/aconselhar as vítimas foi o curso de ação que sobressaiu, o que se pode ser justificado pelo facto de se ter atribuído pouca culpa às vítimas, e por isso há mais sentimentos de empatia para com estas. Estes resultados não são consistentes com a literatura, uma vez que as vítimas são do género masculino e geralmente é-lhes muitas vezes atribuída culpa, talvez porque existe o estereótipo que o homem tem mais força e por isso consegue defender-se da violência (Taylor & Sorenson, 2005). Um trabalho de Sears et. al. (2007) obteve como resultados que quer os homens

quer as mulheres têm mais atitudes de aceitação da violência física quando cometida por mulheres, comparativamente com a violência cometida por homens. Na mesma linha de ideias, um estudo de Rhatigan, Stewart e Moore (2011) concluiu que quando a violência (física e psicológica) é perpetrada por uma mulher contra um homem, os sujeitos tendem a avaliar a situação como sendo menos severa e por isso responsabilizam e culpabilizam menos a agressora e mais a vítima.

Por fim, destacou-se as atitudes de banalização da violência psicológica como um fator significativo na intenção de agir, quer nos cenários de violência física como nos cenários de violência psicológica. Para os dois cenários de violência física as atitudes de banalização têm um efeito negativo sobre a intenção de falar/aconselhar a vítima e intervir diretamente na situação, isto é, quanto mais atitudes de banalização menor a intenção de agir. Relativamente aos cenários de violência psicológica, a variável teve efeito sobre a intenção de falar/aconselhar a vítima. Os resultados são congruentes com a literatura anteriormente apresentada, sendo que quando existem atitudes que toleram e banalizam comportamentos violentos, existe menos disposição para auxiliar as vítimas, existindo geralmente uma postura pouco empática (West & Wandrei, 2002). Tais atitudes de banalização podem estar intimamente relacionadas com o facto de a vítima ser um homem e a agressora ser uma mulher. Assim, os participantes podem ter avaliado os abusos perpetrados pela mulher como sendo humorísticos, pouco significativos (Lewis & Sarantakos, 2001) pouco sérios e consecutivamente pouco ameaçadores (Robertson & Murachver, 2009).

Deste modo, pode concluir-se que a primeira hipótese é em certa medida confirmada, visto que a perceção de severidade, e as atitudes de banalização da violência psicológica influenciam a intenção de agir dos potenciais ajudantes.

2ª Hipótese de investigação: É esperado que os ajudantes do género masculino e os ajudantes do género feminino assumam diferenças significativas na sua intenção de agir, isto é, que as mulheres tenham mais comportamentos de ajuda indiretos e os homens tenham comportamentos mais diretos (que as mulheres escolham realizar uma denúncia anónima ou falem/ aconselhem a vítima e que os homens falem/ aconselhem a agressora e intervenham diretamente na situação);

A segunda hipótese é parcialmente confirmada. Nos cenários de violência física verificou-se que existem diferenças estatisticamente significativas na intenção de agir entre o gênero masculino e feminino em falar/aconselhar a vítima. Estes resultados vão ao encontro de um estudo de Chabot, Tracy, Manning e Poisson (2009) que concluiu que as mulheres tendem a agir de modo mais indireto, como por exemplo conversar com a vítima ou chamar a polícia. Além disso, para os cenários de violência psicológica verificaram-se ainda diferenças estatisticamente significativas no curso de ação falar/aconselhar a agressora e intervir diretamente na situação. Estes resultados podem ser justificados no sentido em que as mulheres intervêm quando sentem que estão em segurança (Nicksa, 2013), o que pode acontecer numa situação de violência psicológica.

Nos cenários de violência física as mulheres apresentam uma intenção de agir superior comparativamente com os homens em quase todos os cenários, com exceção dos cenários falar/aconselhar a agressora, e intervir diretamente na situação, onde os homens apresentam valores ligeiramente superiores. Estes resultados corroboram alguns estudos já realizados, no sentido em que os homens têm maior tendência para intervir com atos diretos e perigosos, como por exemplo conversar com o/a agressor/a, ou envolverem-se fisicamente com o/a mesmo/a (Tisak e Tisak, 1996; Chabot, Gray, Makande e Hoyt, 2016).

Nos cenários de violência psicológica as ajudantes do gênero feminino apresentam uma intenção de agir superior comparativamente com os ajudantes do gênero masculino em todos os cenários. Estes resultados podem ser justificados no sentido de que as mulheres condenam mais atos violentos (Gracia & Herrero, 2006) e como a agressora é uma mulher, as ajudantes podem perceber a situação como sendo mais severa, uma vez que pode chocar com a sua própria identidade social (Robertson & Murachver, 2009). Neste sentido, ao analisarem a situação com um elevado grau de severidade, as mulheres tendem a ter mais intenções de agir.

3ª Hipótese de investigação: Espera-se que a experiência anterior de violência do ajudante informal como observador tenha impacto na sua intenção de agir, mais concretamente, que os ajudantes informais com experiência enquanto observadores estejam mais disponíveis para agir;

A terceira hipótese não é confirmada, pois os sujeitos com experiência anterior de violência não apresentam diferenças estatisticamente significativas quando comparados com os sujeitos sem experiência. Ou seja, depois de analisar os resultados relativos à violência física, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas em relação aos diferentes tipos de ajuda. No entanto, os ajudantes com experiência enquanto observadores apresentam uma intenção de agir ligeiramente superior do que os ajudantes sem experiência em quase todos os cursos de ação, com exceção de realizar uma denúncia anônima e intervir diretamente na situação.

Relativamente ao cenário de violência psicológica, também não se verificaram diferenças estatisticamente significativas em relação aos diferentes tipos de ajuda. Além disso, os ajudantes com experiência enquanto observadores apresentam uma intenção de agir ligeiramente superior quando comparados com os ajudantes sem experiência em todos os cursos de ação, com exceção de falar/aconselhar a agressora.

Estes resultados podem justificar-se no sentido em que ter experiência enquanto observador pode aumentar a probabilidade dos sujeitos fornecerem ajuda às vítimas de violência (Beeble, et al. 2008; Chabot, Tracy, Manning & Poisson, 2009), uma vez que a experiência pode dar ao sujeito competências para identificar as situações e saber quais os meios de ajuda mais eficazes, tal como também podem existir mais sentimentos de empatia (Beeble, Post, Bybee & Sullivan, 2008). Um estudo de Wee, Todd, Oshiro, Greene e Frye (2016) obteve resultados opostos aos do presente estudo, pois concluiu que as atitudes de ajuda focadas nos agressores são geralmente vistas pelos ajudantes informais como sendo pouco eficazes.

4ª Hipótese de investigação: É esperado que a experiência anterior de violência do ajudante informal como vítima ou agressor tenha impacto na sua intenção de agir, isto é, que os ajudantes informais com experiência enquanto vítimas/agressores estejam mais disponíveis para agir;

Relativamente aos cenários de violência física, verificaram-se algumas diferenças estatisticamente significativas em relação aos tipos de ajuda: falar/aconselhar a vítima, falar/aconselhar a agressora e intervir diretamente na situação. Sendo que também se verificou uma diferença marginalmente significativa para o cenário denúncia identificada. Além disso os ajudantes com experiência enquanto vítimas/agressores apresentam uma

intenção de agir ligeiramente superior em todos os cenários comparativamente com os ajudantes sem experiência enquanto vítimas/agressores.

Relativamente ao cenário de violência psicológica, constatou-se a existência de diferenças estatisticamente significativas em relação aos cursos de ação falar/aconselhar a vítima e falar/aconselhar a agressora. Deste modo, os ajudantes com experiência enquanto vítimas/agressores apresentam uma intenção de agir ligeiramente superior em todos os cenários comparativamente com os ajudantes sem experiência enquanto vítimas/agressores.

Estes resultados vão ao encontro de resultados obtidos anteriormente por outros autores, no sentido em que ter sido vítima ou agressor/a está associado a uma maior intenção de intervir (Woods et al., 2016), ou seja, quando os sujeitos já experienciaram uma situação semelhante podem deter um conhecimento sobre o que se assume como mais útil face a uma situação de violência na intimidade (Beeble, Post, Bybee & Sullivan, 2008).

5ª Hipótese de investigação: Espera-se que existam diferenças significativas na intenção de agir dos ajudantes informais em função do tipo de violência (violência física ou violência psicológica), mais concretamente, que os ajudantes informais estejam mais disponíveis para agir em situações de violência física do que de violência psicológica;

Relativamente aos dois tipos de violência, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas em relação à denúncia anónima, denúncia identificada e intervir diretamente na situação. Assim, através da análise dos resultados foi possível verificar que os ajudantes apresentam uma intenção de agir significativamente superior quando estão perante uma situação de violência física em três cursos de ação (denúncia anónima, denúncia identificada e intervir diretamente na situação), sendo que nos restantes dois cursos de ação os ajudantes informais agem mais quando estão perante um cenário de violência psicológica.

Estes resultados podem ser corroborados com estudos de Chamberland e Laporte (2010) que concluíram que a violência física é avaliada mais severamente comparativamente à violência psicológica, à semelhança de estudos de Capezza e Arriaga, (2008) que também consideraram que a violência física é mais grave e é menos tolerada. Um estudo de Silva (2017) que recorreu à EAVN, constatou que existem elevados níveis de legitimação da

violência psicológica feminina e masculina, aceitando tais condutas como sendo normativas. Na mesma linha de ideias, Monteiro (2015) concluiu que existem mais atitudes de legitimação quando se trata de violência psicológica, independentemente do gênero do perpetrador. Um trabalho de Erdem e Sahin (2017) também vem apoiar tais achados uma vez que concluiu que existe alguma indiferença relativamente à violência psicológica cometida pelas mulheres. Nesse sentido de ideias parece possível afirmar que os ajudantes informais consideraram a violência física como sendo mais grave, o que se refletiu nas suas atitudes mais severas, como por exemplo fazer uma denúncia na polícia (quer anónima, quer identificada). Deste modo, os autores Gracia, García e Lila (2009) também defendem esta ideia de que quanto mais severo for considerado um acontecimento mais o sujeito se sente responsável por auxiliar e sucessivamente reportar o caso às autoridades. Além disso, nos cenários de violência física os ajudantes informais consideraram que iriam intervir diretamente na situação, que vai ao encontro de estudos de Chabot, Tracy, Manning e Poisson (2009) que concluíram que quanto mais grave é um acontecimento maior é a probabilidade dos sujeitos ajudarem e intervirem na situação.

Relativamente à violência psicológica, os ajudantes informais optaram por falar/aconselhar a vítima e falar/aconselhar a agressora, uma vez que este tipo de violência pode não ter sido considerada pelos ajudantes informais como muito grave e consecutivamente os cursos de ação não envolveram terceiros. Assim, a violência psicológica pode ter sido avaliada pelos ajudantes informais como sendo ambígua. Nestas situações os sujeitos podem procurar observar os comportamentos das outras pessoas e caso os comportamentos não indiquem que estão perante uma emergência, então os possíveis ajudantes informais também não vão agir (Latané & Darley, 1968). Estes resultados são interessantes, uma vez que os ajudantes informais em dois cursos de ação tiveram uma intenção de agir superior perante um cenário de violência psicológica comparativamente com os cenários de violência física. Assim, estes resultados podem começar a indicar uma mudança nos sujeitos, na medida em que poderá significar que cada vez mais se está a reconhecer a severidade e os danos nocivos que podem advir da violência psicológica.

6ª Hipótese de investigação: É esperado que o gênero influencie significativamente as atitudes em relação à violência no namoro, ou seja, que os homens tenham mais atitudes de tolerância e aceitação face a condutas violentas entre parceiros íntimos.

O gênero feminino e o gênero masculino apresentaram diferenças estatisticamente significativas relativamente a atitudes em relação à violência no namoro, sendo que os homens têm mais atitudes de tolerância e aceitação face a condutas violentas entre parceiros íntimos, comprovando-se deste modo a última hipótese.

Os resultados obtidos são congruentes com a literatura apresentada anteriormente, sendo que West e Wandrei (2002) também concluíram que os ajudantes informais do gênero masculino têm mais tendência para assumir uma postura tolerante com a violência entre parceiros íntimos, sendo que ocorre o inverso com as mulheres. Um estudo de Gonçalves (2013) concluiu que os homens têm uma maior tendência para legitimar a utilização da violência comparativamente com as mulheres. De acordo com Saavedra (2010); Erdem e Sahin (2017) os comportamentos violentos nas relações de namoro são mais aceites e tolerados pelos homens, independentemente do tipo de violência utilizada, e independentemente do gênero da vítima. Assim, as potenciais ajudantes condenam mais fortemente condutas violentas (Gracia & Herrero, 2006) e ainda culpabilizam menos as vítimas (West & Wandrei, 2002), enquanto os homens têm mais tendência em concordar com crenças e mitos em relação à violência, demonstrando menos empatia pelas vítimas (Flood & Pease, 2009). Estudos de Woods et al. (2016) concluíram que as ajudantes informais do gênero feminino que foram vítimas de violência física tendem a ter mais comportamentos de ajuda, por outro lado, não se verificou o mesmo com as ajudantes informais que tinham experiência enquanto vítimas de violência psicológica.

4. Conclusão

O presente estudo permitiu concluir que a intenção de agir dos ajudantes informais numa situação de violência na intimidade pode ser influenciada por diversas variáveis. Assim, verifica-se que a perceção de severidade exerce influência na intenção de agir dos potenciais ajudantes informais, ou seja, quanto mais os sujeitos sentissem que a situação era grave mais estavam dispostos a ajudar. Relativamente à variável responsabilidade percebida, houve um aspeto que se revelou bastante interessante, uma vez que este estudo concluiu que quanto mais próxima fosse a relação entre o ajudante informal e a vítima,

menor é a probabilidade de a vítima ser auxiliada. Quanto à atribuição causal, também se obteve resultados opostos a outros estudos, sendo que se concluiu que a atribuição de culpa às vítimas não exerce influência na intenção de agir. Além disso, também se verificou que as atitudes dos potenciais ajudantes exerceram influência na intenção de agir dos mesmos, sendo que quanto mais atitudes de aceitação menos prováveis eram os comportamentos de ajuda. Verificaram-se também algumas atitudes de banalização, o que pode estar relacionado com o facto de a vítima ser do género masculino, sendo que nestas situações, poderá existir algum estigma e desvalorização dos abusos.

Concluiu-se que as mulheres têm mais atitudes de ajuda indiretas quando estão perante uma situação de violência física, sendo que procuravam auxiliar as vítimas através do curso de ação falar/aconselhar a vítima. Contudo, foi interessante perceber que nos cenários de violência psicológica as participantes do género feminino tiveram mais intenções de ajudar inclusive através de atos mais diretos, tais como: falar/aconselhar a agressora e intervir diretamente na situação, que pode ser explicado por estarem perante uma situação de violência psicológica e isso lhes fornecer uma sensação de segurança, ou por estarem perante uma situação onde a mulher é a agressora, e têm mais recursos para se defenderem.

Os resultados demonstraram que os ajudantes com experiência enquanto observadores e/ou vítimas/agressores apresentam uma intenção de agir ligeiramente superior do que os ajudantes sem experiência em quase todos os cenários. Neste caso, a experiência pode fazer com que exista no sujeito mais sentimentos de empatia, e ainda lhe pode fornecer competências para identificar as situações e saber quais os meios de ajuda mais eficazes.

Esta investigação concluiu que a intenção de agir dos participantes era significativamente superior quando estavam perante uma situação de violência física em três cursos de ação (denúncia anónima, denúncia identificada e intervir diretamente na situação). Estes resultados podem demonstrar que os sujeitos podem avaliar as situações de violência física com mais gravidade uma vez que quanto mais grave é um acontecimento maior é a probabilidade de os sujeitos ajudarem e intervirem na situação.

Verificou-se que os homens têm mais atitudes de tolerância e aceitação face a condutas violentas, o que se pode relacionar com as diferenças dos papéis de género.

Por fim, é importante que se reconheça cada vez mais que a violência entre parceiros íntimos não é uma realidade exclusiva de um género e que poderá ter repercussões graves

para as vítimas, sendo imprescindível a sensibilização para a problemática, abordando também a importância do papel dos ajudantes informais. Neste sentido, seria muito útil trabalhar com os ajudantes informais de modo a dotá-los de capacidades para intervir e possivelmente contribuir para quebrar o ciclo da violência.

5. Limitações e direções futuras

Foi possível identificar algumas limitações neste estudo. Em primeiro lugar, a validade externa do estudo pode ser colocada em causa uma vez que foram utilizados procedimentos de amostragem não probabilísticos de conveniência e efeito de bola de neve, o que impossibilita o controlo da recolha de participantes e a respetiva seleção. Outra limitação relacionada com a amostra pode prender-se com a representatividade da mesma, contudo, a sua dimensão considerável permite atenuar este efeito.

Uma outra limitação pode estar relacionada com o meio de recolha dos questionários, dado que uma parte significativa da amostra participou através de uma plataforma *online*, o que impossibilitou o controlo das condições ambientais em que o indivíduo se encontrava, não permitindo o esclarecimento de dúvidas que podem ter surgido durante o preenchimento do questionário, e ainda inviabilizou o conhecimento de aspetos relevantes, tais como, saber se o sujeito estava sozinho ou se as suas respostas foram influenciadas por outros sujeitos.

Além das limitações referidas anteriormente, também os cenários hipotéticos podem representar uma limitação à generalização dos resultados a diferentes contextos ou graus de violência, na medida em que foram somente utilizados cenários de violência leve/moderada, sendo que existia a possibilidade de cada sujeito fazer a sua própria interpretação uma vez que cada história fornecia muito pouca informação contextual.

Uma outra limitação pode prender-se com o facto de terem sido utilizadas escalas de atitudes explícitas, sendo que pode ter influenciado os sujeitos a responderem de acordo com a desejabilidade social, podendo ter enviesado os resultados.

Pode identificar-se uma outra limitação, que diz respeito à utilização do termo “violência doméstica” no questionário sociodemográfico quando se questiona o/a participante acerca sua experiência anterior de violência como observador/a ou vítima/agressor/a. Neste sentido, através das respostas dadas, não é possível entender em que tipo de relacionamento

ocorreu a violência (relacionamento entre parceiros íntimos ou entre familiares), além de não ser possível entender se o sujeito foi vítima ou se foi agressor/a.

Por fim, importa mencionar que a escassez de estudos acerca da vitimização masculina também se assume como uma limitação, sendo que a maioria dos estudos realizados abordam a problemática olhando para a mulher como vítima e raramente como agressora. Neste sentido, os participantes podem estar pouco sensibilizados para esta realidade e consecutivamente ter influência nas suas respostas de ajuda.

Futuramente, as investigações além de tentarem colmatar as limitações anteriormente referidas, poderão replicar o estudo com outras amostras, de modo, a generalizar os resultados. Além do mais, podem ser utilizados procedimentos de amostragem probabilísticos, para que a amostra seja mais equilibrada. No que concerne aos cenários hipotéticos utilizados, futuramente, poderiam ser utilizados outro tipo de cenários, com diferentes graus de severidade do comportamento violento, ou até mesmo, fornecer aos sujeitos uma história mais pormenorizada. Pode ser importante utilizar escalas de atitudes implícitas, de modo a que as respostas dos participantes correspondam verdadeiramente às suas opiniões e não ao que eles acreditam que é aceite na sociedade. Por fim, também poderá traduzir-se como imprescindível a realização de mais estudos acerca da vitimização masculina.

Referências Bibliográficas:

- Alfredsson, H., Ask, K., & von Borgstede, C. (2015). Beliefs about intimate partner violence: A survey of the Swedish general public. *Scandinavian Journal of Psychology*, 57(1), 57–64. doi:10.1111/sjop.12254.
- Allen-Collinson, J. (2009). A marked man: A case of female-perpetrated intimate partner abuse. *International Journal of Men's Health*, 8(1), 22-40. <https://doi.org/10.3149/jmh.0801.22>.
- APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) (2013/2018). Estatísticas - homens vítimas de violência doméstica 2013-2018.
- Archer, J. (2000). Sex differences in aggression between heterosexual partners: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 126(5), 651–680. doi:10.1037/0033-2909.126.5.651.
- Banyard, V. L., & Moynihan, M. M. (2011). Variation in bystander behavior related to sexual and intimate partner violence prevention: Correlates in a sample of college students. *Psychology of Violence*, 1(4), 287–301. <https://doi.org/10.1037/a0023544>.
- Banyard, V., Weber, M. C., Grych, J., & Hamby, S. (2016). Where are the helpful bystanders? Ecological niche and victims' perceptions of bystander intervention. *Journal of Community Psychology*, 44(2).
- Beeble, M. L., Post, L. A., Bybee, D., & Sullivan, C. M. (2008). Factors Related to Willingness to Help Survivors of Intimate Partner Violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 23(12), 1713–1729. doi:10.1177/0886260508314333.
- Bennett, S., Banyard, V. L., & Edwards, K. M. (2016). The Impact of the Bystander's Relationship With the Victim and the Perpetrator on Intent to Help in Situations Involving Sexual Violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 32(5), 682–702. doi:10.1177/0886260515586373.
- Black, M. C., Basile, K. C., Breiding, M. J., Smith, S. G., Walters, M. L., Merrick, M. T., Chen, J., & Stevens, M. R. (2011). The National Intimate Partner and Sexual Violence Survey (NISVS): 2010 Summary Report. National Center for Injury Prevention and Control, Centers for Disease Control and Prevention.
- Black, B. M., & Weisz, A. N. (2003). Dating Violence. *Violence Against Women*, 9(2), 187–206. doi:10.1177/1077801202239005.
- Borkman, T. (1976). Experiential Knowledge: A New Concept for the Analysis of Self-Help Groups. *Social Service Review*, 50(3), 445–456. doi:10.1086/643401.

- Boyle, M. H., Georgiades, K., Cullen, J., & Racine, Y. (2009). Community influences on intimate partner violence in India: Women's education, attitudes towards mistreatment and standards of living. *Social Science & Medicine*, *69*(5), 691–697. doi:10.1016/j.socscimed.2009.06.039.
- Bryant, S. A., & Spencer, G. A. (2003). University students' attitudes about attributing blame in domestic violence. *Journal of Family Violence*, *18*, 369-376.
- Buss, D. M., & Duntley, J. D. (2011). The evolution of intimate partner violence. *Aggression and Violent Behavior*, *16*(5), 411-419.
- Callahan, M. R., Tolman, R. M., & Saunders, D. G. (2003). Adolescent dating violence victimization and psychological well-being. *Journal of Adolescent Research*, *18*, 664-681. <http://dx.doi.org/10.1177/0743558403254784>.
- Capezza, N. M., & Arriaga, X. B. (2008). You can degrade but you can't hit: Differences in perceptions of psychological versus physical aggression. *Journal of Social and Personal Relationships*, *25*(2), 225–245. doi:10.1177/0265407507087957.
- Caridade, S., & Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: Da vitimação à perpetração. *Análise psicológica*, *24*(4), 485-493.
- Carlson, B. E. (1996). Dating Violence. *Journal of Interpersonal Violence*, *11*(1), 3–18. doi:10.1177/088626096011001001.
- Carlson, B. E., & Worden, A. P. (2005). Attitudes and Beliefs About Domestic Violence: Results of a Public Opinion Survey. *Journal of Interpersonal Violence*, *20*(10), 1197–1218. doi:10.1177/0886260505278530.
- Carmo, R., Grams, A. & Magalhães, T. (2011). Men as victims of intimate partner violence. *Journal of Forensic and Legal Medicine*, *18*, 355-359.
- Cercone, J. J., Beach, S. R. H., & Arias, I. (2005). Gender Symmetry in Dating Intimate Partner Violence: Does Similar Behavior Imply Similar Constructs? *Violence and Victims*, *20*(2), 207–218. doi:10.1891/vivi.2005.20.2.207.
- Chabot, H. F., Gray, M. L., Makande, T. chabot B., & Hoyt, R. L. (2016). Beyond Sex: Likelihood and Predictors of Effective and Ineffective Intervention in Intimate Partner Violence in Bystanders Perceiving an Emergency. *Journal of Interpersonal Violence*, *33*(12), 1909–1930. doi:10.1177/0886260515621064.

- Chabot, H. F., Tracy, T. L., Manning, C. A., & Poisson, C. A. (2009). Sex, attribution, and severity influence intervention decisions of informal helpers in domestic violence. *Journal of Interpersonal Violence, 24*(10), 1696-1713.
- Chamberland, C., & Laporte, L. (2010). Spontaneous and reflexive cognitions related to spousal abuse: The role of experiences of violence. *Journal of Applied Social Psychology, 40*(9), 2170-2200.
- Clark, R. D., & Word, L. E. (1972). Why don't bystanders help? Because of ambiguity? *Journal of Personality and Social Psychology, 24*(3), 392–400. <https://doi.org/10.1037/h0033717>.
- Courtain, A., & Glowacz, F. (2018). *Exploration of Dating Violence and Related Attitudes Among Adolescents and Emerging Adults. Journal of Interpersonal Violence.* doi:10.1177/0886260518770185.
- Davies, M., & Rogers, P. (2006). Perceptions of male victims in depicted sexual assaults: A review of the literature. *Aggression and Violent Behavior, 11*, 367–377.
- Dutton, D. G., Nicholls, T. L., & Spidel, A. (2005). Female perpetrators of intimate abuse. *Journal of Offender Rehabilitation, 41*(4), 1–31. https://doi.org/10.1300/J076v41n04_01.
- Eagly, A. H., & Crowley, M. (1986). Gender and helping behavior: A meta-analytic review of the social psychological literature. *Psychological Bulletin, 100*(3), 283–308. doi:10.1037/0033-2909.100.3.283.
- Eckstein, J. J. (2016). IPV Stigma and its Social Management: The Roles of Relationship-Type, Abuse-Type, and Victim's Sex. *Journal of Family Violence, 31*(2), 215-225.
- Erdem, A., & Sahin, R. (2017). *Undergraduates' Attitudes toward Dating Violence: Its Relationship with Sexism and Narcissism. International Journal of Higher Education, 6*(6), 91. doi:10.5430/ijhe.v6n6p91.
- Faramarzi, M., Esmailzadeh, S., & Mosavi, S. (2005). A comparison of abused and non-abused women's definitions of domestic violence and attitudes to acceptance of male dominance. *European Journal of Obstetrics & Gynecology and Reproductive Biology, 122*(2), 225-231.
- Ferreira, M. J. D. S. (2011). *A violência no namoro: Estudo exploratório de caracterização das reacções dos adolescentes face à violência* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho, Portugal.

- Finn, M. A., & Stalans, L. J. (1997). The Influence of Gender and Mental State on Police Decisions in Domestic Assault Cases. *Criminal Justice and Behavior*, 24(2), 157–176. doi:10.1177/0093854897024002002.
- Flood, M., & Pease, B. (2009). Factors Influencing Attitudes to Violence Against Women. *Trauma, Violence, & Abuse*, 10(2), 125–142. doi:10.1177/1524838009334131.
- Fredland, N. M., Ricardo, I. B., Campbell, J. C., Sharps, P. W., Kub, J. K. & Yonas, M. (2005). The Meaning of Dating Violence in the Lives of Middle School Adolescents: A Report of a Focus Group Study. *Journal of School Violence*, 4(2), 95-114. DOI:10.1300/J202v04n02_06.
- Freis, S. D., & Gurung, R. A. R. (2013). A Facebook analysis of helping behavior in online bullying. *Psychology of Popular Media Culture*, 2(1), 11–19. <https://doi.org/10.1037/a0030239>.
- Garratt, Z. (2012). Domestic violence against men – It is a forgotten crime? (BSc (Hons Degree). Birmingham City University. Reino Unido.
- George, M. J. (2003). Invisible touch. *Aggression and Violent Behavior*, 8(1), 23–60. [https://doi.org/10.1016/S1359-1789\(01\)00048-9](https://doi.org/10.1016/S1359-1789(01)00048-9).
- Gonçalves, M. A. D. S. (2013). *Namoro na adolescência: atitudes de legitimação de violência e estratégias de resolução de conflitos em adolescente nos Açores*. (Dissertação de Mestrado) Universidade dos Açores, Portugal.
- Gracia, E. (2004). Unreported cases of domestic violence against women: towards an epidemiology of social silence, tolerance, and inhibition. *Journal of Epidemiology & Community Health*, 58(7), 536–537. doi:10.1136/jech.2003.019604.
- Gracia, E., & Herrero, J. (2006). Public Attitudes Toward Reporting Partner Violence Against Women and Reporting Behavior. *Journal of Marriage and Family*, 68(3), 759–768. doi:10.1111/j.1741-3737.2006.00288.x.
- Gracia, E., & Tomás, J. M. (2014). Correlates of Victim-Blaming Attitudes Regarding Partner Violence Against Women Among the Spanish General Population. *Violence Against Women*, 20(1), 26–41. doi:10.1177/1077801213520577.
- Gracia, E., García, F., & Lila, M. (2008). Police involvement in cases of intimate partner violence against women: The influence of perceived severity and personal responsibility. *Violence Against Women*, 14(6), 697-714.

- Gracia, E., García, F., & Lila, M. (2009). Public Responses to Intimate Partner Violence Against Women: The Influence of Perceived Severity and Personal Responsibility. *The Spanish Journal of Psychology*, *12*(02), 648–656. doi:10.1017/s1138741600002018.
- Guerreiro, A., Pontedeira, C., Sousa, R., Magalhães, M. J., Oliveira, E., & Ribeiro, P. (2015). Intimidade e violência no namoro: refletir a problemática nos/as jovens. *Atas do colóquio internacional". Os jovens e o crime: transgressões e justiça tutelar"*.
- Gulliver, A., Griffiths, K. M., & Christensen, H. (2010). Perceived barriers and facilitators to mental health help-seeking in young people: a systematic review. *BMC Psychiatry*, *10*(1). doi:10.1186/1471-244x-10-113.
- Harris, R. J., & Cook, C. A. (1994). Attributions about spouse abuse: It matters who the batterers and victims are. *Sex Roles*, *30*(7-8), 553–565. doi:10.1007/bf01420802.
- Hart, T. C., & Miethe, T. D. (2008). Exploring bystander presence and intervention in nonfatal violent victimization: When does helping really help. *Violence and victims*, *23*(5), 637-651.
- Herrman, J. W. (2009). There's a Fine Line...Adolescent Dating Violence and Prevention. *Pediatric Nursing*, *35* (3), 164-170.
- Hollander, J. A. (2001). Vulnerability and Dangerousness. *Gender & Society*, *15*(1), 83–109. doi:10.1177/089124301015001005.
- Janoff-Bulman, R., Timko, C., & Carli, L. L. (1985). Cognitive biases in blaming the victim. *Journal of Experimental Social Psychology*, *21*(2), 161–177. doi:10.1016/0022-1031(85)90013-7.
- Johnson, K. B., & Das, M. B. (2008). Spousal Violence in Bangladesh as Reported by Men. *Journal of Interpersonal Violence*, *24*(6), 977–995. doi:10.1177/0886260508319368.
- Krug, E. G., Dahlberg, L.L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (2002). World report on violence and health. Geneva: OMS.
- Lagartixa, I. D. M. (2017). *Atitudes e estereótipos à violência entre parceiros íntimos: comparação entre o homem e a mulher enquanto vítimas e agressores* (Dissertação de mestrado). Universidade de Évora, Portugal.
- Langhinrichsen-Rohling, J., Shilien-Dellinger, R. K., Huss, M. T., & Kramer, V. L. (2004). Attributions about perpetrators and victims of interpersonal abuse. *Journal of Interpersonal Violence*, *19*(4), 484-498.

- Latane, B., & Darley, J. M. (1968). Group inhibition of bystander intervention in emergencies. *Journal of Personality and Social Psychology*, *10*, 215-221.
- Lewis, A. & Sarantakos, S. (2001). Domestic violence and the male victim. *Nuance*, *3*, 1-15.
- Liang, B., Goodman, L., Tummala-Narra, P., & Weintraub, S. (2005). A Theoretical Framework for Understanding Help-Seeking Processes Among Survivors of Intimate Partner Violence. *American Journal of Community Psychology*, *36*(1-2), 71–84.
- Machado, C., Caridade, S., & Martins, C. (2010). Violence in juvenile dating relationships: Self-reported prevalence and attitudes in a Portuguese sample. *Journal of Family Violence*, *25*, 43-52. doi:10.1007/s10896-009-9268-x.
- Mahlstedt, D., & Keeny, L. (1993). Female Survivors of Dating Violence and their Social Networks. *Feminism & Psychology*, *3*(3), 319–333. doi:10.1177/0959353593033003.
- Malik J.S., & Nadda A. (2019). A Cross-sectional Study of Gender-Based Violence against Men in the Rural Area of Haryana, India. *Indian Community Med.* *44*(1):35-38. doi:10.4103/ijcm.IJCM_222_18.
- Marcus, R. F. (2004). Dating Partners' Responses to Simulated Dating Conflict: Violence Chronicity, Expectations, and Emotional Quality of Relationship. Genetic, Social, and General. *Psychology Monographs*, *130*(2), 163–192. doi:10.3200/mono.130.2.163-192.
- Marôco, J. (2011). Variáveis Populações e Amostras. In J. Marôco (5ª edição), *Análise Estatística com o SPSS Statistics* (pp. 5-14). Pêro Pinheiro: Report Number.
- Migliaccio, T. A. (2002). Abused Husbands. *Journal of Family Issues*, *23*(1), 26–52. doi:10.1177/0192513x02023001002.
- Monteiro, A. S. C. (2015). *Avaliar atitudes para prevenir comportamentos: a atitude dos jovens universitários acerca da violência no namoro*. (Dissertação de mestrado). Universidade do Porto, Portugal.
- Nicksa, S. C. (2013). Bystander's Willingness to Report Theft, Physical Assault, and Sexual Assault. *Journal of Interpersonal Violence*, *29*(2), 217–236. doi:10.1177/0886260513505146.
- Ocampo, B. W., Shelley, G. A., & Jaycox, L. H. (2007). Latino Teens Talk About Help Seeking and Help Giving in Relation to Dating Violence. *Violence Against Women*, *13*(2), 172–189. doi:10.1177/1077801206296982.

- Oliveira, M., & Sani, A. (2005). Comportamentos dos jovens universitários face à violência nas relações amorosas. In *Bento Silva e Leandro Almeida (Coords), Atas do VIII Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia*. Braga: Centro de Investigação em Educação (pp. 1061-1074).
- Organização Mundial de Saúde (2020). Intimate Partner Violence. Disponível em: <https://apps.who.int/violence-info/intimate-partner-violence/>.
- Paiva, C., & Figueiredo, B. (2003). Abuso no contexto do relacionamento íntimo com o companheiro: definição, prevalência, causas e efeitos. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 4(2), 165-184.
- Peate, I. (2017). Domestic violence against men. *British Journal of Nursing*, 26(6), 309–309. doi:10.12968/bjon.2017.26.6.309.
- Piliavin, I. M., Rodin, J., & Piliavin, J. A. (1969). Good Samaritanism: An underground phenomenon? *Journal of Personality and Social Psychology*, 13(4), 289–299. doi:10.1037/h0028433.
- Planty, M. (2002). Third-party involvement in violent crime, 1993–1999. Bureau of Justice Statistics Special Report. Washington, D.C. U.S. Department of Justice. NCJ189100.
- Póvoa, C. I. S. (2019). *Rede Social Informal e Intenção de Agir face à Violência no Namoro em Estudantes Universitários* (Dissertação de mestrado). Universidade de Évora, Portugal.
- Price, E. L., Byers, E. S., & The Dating Violence Research Team (1999). Attitudes toward dating violence scales: development and initial validation. *Journal of Family Violence*, 4, 351- 375.
- Rhatigan, D. L., Stewart, C., & Moore, T. M. (2011). Effects of Gender and Confrontation on Attributions of Female-Perpetrated Intimate Partner Violence. *Sex Roles*, 64(11), 875–887. doi:10.1007/s11199-011-9951-2.
- Rickwood, D. J., Deane, F. P. & Wilson, C. J. (2007). When and how do young people seek professional help for mental health problems? *MJA* 187(7), 35-39.
- Robertson, K. & Murachver, T. (2009). Attitudes and Attributions Associated With Female and Male Partner Violence. *Journal of Applied Social Psychology*, 39(7), 1481-1512.
- Rose, D., Trevillion, K., Woodall, A., Morgan, C., Feder, G., & Howard, L. (2011). Barriers and facilitators of disclosures of domestic violence by mental health service users: qualitative study. *British Journal of Psychiatry*, 198(3), 189–194. doi:10.1192/bjp.bp.109.072389.

- Saavedra, R., Machado, C., & Martins, C. (2008). Escala de atitudes sobre a violência no namoro (EAVN). In M. M. Gonçalves, L. Almeida, M. R. Simões, & C. Machado (Coords.), *Instrumentos e contextos de avaliação psicológica (Vol. II)*. Coimbra: Almedina.
- Saavedra, R. (2010). *Prevenir antes de remediar: Prevenção da violência nos relacionamentos íntimos juvenis (Dissertação de Doutoramento)*. Universidade do Minho, Portugal.
- Sears, H. A., Byers, E. S., & Price, E. L. (2007). The co-occurrence of adolescent boys' and girls' use of psychologically, physically, and sexually abusive behaviours in their dating relationships. *Journal of Adolescence*, 30(3), 487–504. doi:10.1016/j.adolescence.2006.05.002.
- Shotland, R. L., & Stebbins, C. A. (1983). Emergency and Cost as Determinants of Helping Behavior and the Slow Accumulation of Social Psychological Knowledge. *Social Psychology Quarterly*, 46(1), 36. doi:10.2307/3033659.
- Silva, M. D. C. V. (2017). *Violência no namoro: estudo com adolescentes de uma Escola Secundária de Bragança (Dissertação de Mestrado)*. Instituto Politécnico de Bragança, Portugal.
- Simon, T. R., Anderson, M., Thompson, M. P., Crosby, A. E., Shelley, G., & Sacks, J. J. (2001). Attitudinal acceptance of intimate partner violence among U.S. adults. *Violence and Victims*, 16(2), 115 – 126. DOI: 10.1891/0886-6708.16.2.115.
- Smith, D. M., & Donnelly, J. (2000). Adolescent Dating Violence. *Journal of Prevention & Intervention in the Community*, 21(1), 53–64. doi:10.1300/j005v21n01_04.
- Solomon, L. Z., Solomon, H., & Maiorca, J. (1982). The Effects of Bystander's Anonymity, Situational Ambiguity, and Victim's Status on Helping. *The Journal of Social Psychology*, 117(2), 285–294. doi:10.1080/00224545.1982.9713438.
- Sorenson, S. B., & Taylor, C. A. (2005). Female Aggression Toward Male Intimate Partners: An Examination of Social Norms in a Community-Based Sample. *Psychology of Women Quarterly*, 29(1), 78–96. doi:10.1111/j.1471-6402.2005.00170.x.
- Speizer, I. S., & Pearson, E. (2010). Association between Early Marriage and Intimate Partner Violence in India: A Focus on Youth from Bihar and Rajasthan. *Journal of Interpersonal Violence*, 26(10), 1963–1981. doi:10.1177/0886260510372947.
- Steinmetz, S. K. (1977-78). The Battered Husband Syndrome. *Victimology. International Journal*, 2(3-4), 499-509.

- Stewart, A., & Maddren, K. (1997). Police officers' judgements of blame in family violence: The impact of gender and alcohol. *Sex Roles, 37*(11-12), 921–933. doi:10.1007/bf02936347.
- Stith, S. M., Smith, D. B., Penn, C. E., Ward, D. B., & Tritt, D. (2004). Intimate partner physical abuse perpetration and victimization risk factors: A meta-analytic review. *Aggression and Violent Behavior, 10*(1), 65–98. doi:10.1016/j.avb.2003.09.001.
- Straus, M. A. (2004). Cross-Cultural Reliability and Validity of the Revised Conflict Tactics Scales: A Study of University Student Dating Couples in 17 Nations. *Journal of Comparative Social Science, 38*(4), 407–432. <https://doi.org/10.1177/1069397104269543>.
- Straus, M. A., & Gelles, R. J. (1990). Physical violence in American families: Risk factors and adaptations to violence in 8,145 families. *New Brunswick*.
- Sundaram, V. (2013). Violence as understandable, deserved or unacceptable? Listening for gender in teenagers' talk about violence. *Gender and Education, 25*(7), 889-906.
- Swan, S. C., Gambone, L. J., Caldwell, J. E., Sullivan, T. P., & Snow, D. L. (2008). A Review of Research on Women's Use of Violence With Male Intimate Partners. *Violence and Victims, 23*(3), 301–314. doi:10.1891/0886-6708.23.3.301.
- Tajfel, H. (1974). Social identity and intergroup behaviour. *Social Science Information, 13*(2), 65–93. doi:10.1177/053901847401300204.
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. See Austin & Worchel 1979, pp. 33-47.
- Tisak, M. S., & Tisak, J. (1996). My Sibling's but Not My Friend's Keeper: Reasoning about Responses to Aggressive Acts. *The Journal of Early Adolescence, 16*(3), 324–339. doi:10.1177/0272431696016003004.
- Tojo, R. A. G. F. (2017). *Para além do silêncio: responsabilidade social e intenção de agir em situações de violência entre parceiros íntimos* (Dissertação de mestrado). Universidade de Évora, Portugal.
- Tolsma, J., Blaauw, J., & te Grotenhuis, M. (2012). When do people report crime to the police? Results from a factorial survey design in the Netherlands, 2010. *Journal of Experimental Criminology, 8*, 117-134.
- UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta) (2019). Estudo Nacional sobre a Violência no Namoro 2019.

- Uthman, O. A., Lawoko, S., & Moradi, T. (2010). Sex disparities in attitude toward intimate partner violence against women in Sub-Saharan Africa: Socio-ecological analysis. *BMC Public Health, 10*, 223-230.
- Valor-Segura, I., Expósito, F., & Moya, M. (2011). Victim blaming and exoneration of the perpetrator in domestic violence: The role of beliefs in a just world and ambivalente sexism. *The Spanish Journal of Psychology, 14*(1), 195-206.
- Wee, S., Todd, M.-J., Oshiro, M., Greene, E., & Frye, V. (2016). Modifiers of Neighbors' Bystander Intervention in Intimate Partner Violence: A Concept Mapping Study. *Violence and Gender, 3*(1), 55–63. doi:10.1089/vio.2015.0012.
- Weisz, A. N., & Black, B. M. (2008). Peer Intervention in Dating Violence: Beliefs of African-American Middle School Adolescents. *Journal of Ethnic And Cultural Diversity in Social Work, 17*(2), 177–196. doi:10.1080/15313200801947223.
- Wekerle, C., & Wolfe, D. A. (1998). The role of child maltreatment and attachment style in adolescent relationship violence. *Development and Psychopathology, 10*(3), 571–586. doi:10.1017/s0954579498001758.
- West, A., & Wandrei, M. L. (2002). Intimate Partner Violence. *Journal of Interpersonal Violence, 17*(9), 972–986.
- Williams, A. W., Ware, J. E., & Donald, C. A. (1981). A Model of Mental Health, Life Events, and Social Supports Applicable to General Populations. *Journal of Health and Social Behavior, 22*(4), 324. doi:10.2307/2136675.
- Willis, D. G. & Porche, D. J. (2003). Men are also victims of intimate partner violence. *The Journal of the Association of Nurses in AIDS Care, 14*(2), 13-14.
- Wincentak, K., Connolly, J., & Card, N. (2017). Teen dating violence: A meta-analytic review of prevalence rates. *Psychology of Violence, 7*(2), 224–241. <http://dx.doi.org/10.1037/a0040194>.
- Woods, W. C., Shorey, R. C., Strauss, C. V., Cornelius, T. L., & Rowland, T. (2016). The Relationship Between Dating Violence and Bystander Behavior: An Initial Investigation. *Partner Abuse, 7*(1), 55–69. doi:10.1891/1946-6560.7.1.55.

Anexos

Anexo 1: Consentimento Informado

Consentimento Informado

Este estudo realiza-se no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Psicologia, a decorrer na Universidade de Évora. Não existem respostas certas ou erradas, sendo que a melhor resposta é a sua opinião sincera e pessoal.

É importante que saiba que todos os dados recolhidos são confidenciais, apenas sendo utilizados para o objetivo do presente estudo. Os dados não são avaliados individualmente, sendo que esta informação irá ser acoplada com a informação recolhida dos restantes participantes. Após a utilização dos dados estes serão destruídos.

É importante salientar que a sua participação é completamente voluntária e não é remunerada, deste modo se em algum momento da aplicação do questionário for sua vontade desistir poderá fazê-lo sem quaisquer tipos de prejuízo.

Se lhe surgir alguma dúvida durante a aplicação do questionário, deverá aguardar para o final da aplicação do mesmo, e nesse momento deverá questionar o aplicador.

Muito obrigado pela sua colaboração.

Assinatura de quem pede consentimento:

Assinatura do participante:

Data: / /

Anexo 2: Instrumento de Recolha de Dados

Este questionário insere-se no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica, a decorrer na Universidade de Évora e tem como objetivo estudar as atitudes e comportamentos dos estudantes universitários. Não existem respostas certas ou erradas, sendo a melhor resposta a sua opinião sincera e pessoal. As suas respostas são totalmente confidenciais e serão utilizadas exclusivamente para fins académicos. Responda atentamente a todas as questões.

A sua participação é completamente voluntária.

Desde já, agradeço a sua colaboração!

Questionário Sociodemográfico

Género:

Feminino _____ Masculino _____

Idade: _____

Estado Civil

Solteiro/a _____ União de Facto _____ Casado/a _____ Divorciado/a _____

Outro _____

Curso _____

Deslocado/a da Área de Residência

Sim _____ Se sim, local de residência anterior: _____(concelho)

Não _____

Área de Residência (No caso de estar deslocado/a em Évora apenas para estudar responda tendo em conta a sua residência anterior)

Meio Urbano _____

Meio Rural _____

Encontra-se atualmente numa relação amorosa? Sim _____ Não _____

Já alguma vez observou alguma situação de violência doméstica? Sim _____ Não _____

Já alguma vez passou por alguma situação de violência doméstica como vítima e/ou agressor? Sim _____ Não _____

De seguida ser-lhe-ão apresentadas algumas histórias.

Pedimos que leia atentamente e **responda sem interrupções** de acordo com a escala abaixo.

Nada 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Muito

Vera agride Francisco, dando-lhe uma bofetada

Tendo em conta a situação descrita anteriormente, responda às questões que se seguem, colocando um X na resposta pretendida:

Nada

Muito

Perante esta situação, até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse sua familiar?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse sua vizinha?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse uma pessoa desconhecida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Até que ponto esta situação lhe parece grave?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja da vítima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja da agressora?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação se deva a outras situações de vida (ex: desemprego)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia anónima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia identificada?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar a vítima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar a agressora?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de intervir diretamente na mesma?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Maria ameaça e chantageia Carlos

Tendo em conta a situação descrita anteriormente, responda às questões que se seguem, colocando um X na resposta pretendida:

Nada

Muito

Perante esta situação, até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse sua familiar?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse sua vizinha?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse uma pessoa desconhecida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Até que ponto esta situação lhe parece grave?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja da vítima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja da agressora?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação se deva a outras situações de vida (ex: desemprego)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia anónima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia identificada?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar a vítima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar a agressora?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de intervir diretamente na mesma?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Ana e Rui discutem e Ana arremessa-lhe um objeto (e.g.: cinzeiro)

Tendo em conta a situação descrita anteriormente, responda às questões que se seguem, colocando um X na resposta pretendida:

Nada

Muito

Perante esta situação, até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse sua familiar?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse sua vizinha?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse uma pessoa desconhecida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Até que ponto esta situação lhe parece grave?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja da vítima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja da agressora?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação se deva a outras situações de vida (ex: desemprego)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia anónima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia identificada?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar a vítima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar a agressora?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de intervir diretamente na mesma?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Margarida e Luís discutem e Margarida chama-lhe burro e inútil

Tendo em conta a situação descrita anteriormente, responda às questões que se seguem, colocando um X na resposta pretendida:

Nada

Muito

Perante esta situação, até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse sua familiar?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse sua vizinha?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse uma pessoa desconhecida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Até que ponto esta situação lhe parece grave?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja da vítima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja da agressora?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação se deva a outras situações de vida (ex: desemprego)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia anónima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia identificada?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar a vítima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar a agressora?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de intervir diretamente na mesma?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Relações interpessoais

De seguida são apresentadas um conjunto de afirmações em relação a situações de violência no namoro. Leia atentamente as frases e exprima a sua opinião em relação a cada uma delas. Leia atentamente cada afirmação e responda **colocando um X** de acordo com as opções:

Discordo Totalmente 1 2 3 4 5
 Discordo Não concordo Concordo Concordo
 Totalmente nem discordo Totalmente

	1	2	3	4	5
Não existe nenhuma desculpa para uma rapariga ameaçar o namorado.					
Não existe nenhuma razão para uma rapariga insultar o namorado.					
As raparigas têm o direito de dizer aos namorados como se devem vestir					
Um rapaz deve fazer sempre o que a namorada lhe diz para fazer.					
Se uma rapariga berrar e gritar com o namorado, não o magoa a sério.					
As raparigas têm o direito de dizer aos namorados o que fazer.					
É importante que um rapaz se vista sempre da forma que a namorada quer.					
Por vezes as raparigas não conseguem evitar insultar os namorados.					
Um rapaz deve pedir sempre autorização à namorada para sair com os amigos.					
Uma rapariga pode dizer mal do namorado.					
É normal uma rapariga gritar com o namorado quando fica furiosa.					
Por vezes as raparigas têm de ameaçar os namorados para eles as ouvirem.					
Uma rapariga não deve controlar o que o namorado veste					

Uma rapariga pode bater no namorado se ele merecer.					
Não tem mal se uma rapariga empurrar o namorado.					
Por vezes, as raparigas não conseguem evitar dar murros nos namorados.					
Alguns rapazes merecem levar uma bofetada da namorada.					
Por vezes, uma rapariga tem de bater no namorado para ele a respeitar.					
Normalmente uma rapariga só bate no namorado quando ele merece.					
Uma rapariga não deve bater no namorado, independentemente do que ele tenha feito.					
Não existe nenhuma razão para um rapaz levar uma bofetada da namorada.					
Puxar o cabelo é uma boa forma de uma rapariga se vingar do namorado.					
Nunca está correto uma rapariga dar uma bofetada ao namorado.					
Algumas raparigas têm que bater nos namorados para serem ouvidas.					
Um rapaz deve terminar o namoro com uma rapariga se esta o esbofetear.					

**Obrigado pela sua
participação!**

Tabela 18 - Médias e desvio padrão dos diferentes cenários da violência física e violência psicológica

	Violência física- agressão	Violência psicológica- chantagear	Violência física- arremessar objeto	Violência psicológica- insultar
	Média (desvio padrão)	Média (desvio padrão)	Média (desvio padrão)	Média (desvio padrão)
1	8,75 (1,80)	8,70 (1,85)	8,83 (1,81)	7,36 (2,53)
2	7,33 (2,04)	7,10 (2,24)	7,48 (2,18)	5,76 (2,78)
3	6,44 (2,42)	6,00 (2,66)	6,56 (2,54)	4,91 (2,94)
4	8,67 (1,91)	8,28 (1,95)	8,82 (1,64)	6,48 (2,48)
5	2,56 (1,89)	2,49 (1,81)	2,79 (2,07)	2,95 (2,15)
6	7,85 (2,42)	7,95 (2,41)	7,70 (2,57)	7,04 (2,68)
7	3,93 (2,62)	3,83 (2,44)	3,72 (2,40)	3,89 (2,44)
8	6,66 (2,90)	6,27 (2,88)	6,54 (2,83)	4,06 (2,94)
9	5,16 (2,93)	4,91 (2,98)	5,12 (3,02)	3,39 (2,72)
10	7,63 (2,34)	7,72 (2,36)	7,64 (2,36)	6,36 (2,96)
11	5,56 (2,91)	5,63 (2,87)	5,95 (2,82)	5,38 (2,92)
12	6,13 (2,57)	5,76 (2,70)	6,39 (2,66)	5,02 (3,01)